

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PRISCILA CARDOSO

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA  
COORDENAÇÃO DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS: A EXPERIÊNCIA DOS  
CENTROS DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PRISCILA CARDOSO

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA  
COORDENAÇÃO DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS: A EXPERIÊNCIA DOS  
CENTROS DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Keli Regina Dal Prá

Florianópolis

2010

PRISCILA CARDOSO

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA  
COORDENAÇÃO DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS: A EXPERIÊNCIA DOS  
CENTROS DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DE FLORIANÓPOLIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**



Keli Regina Dal Prá  
Professora Dr. Departamento de Serviço Social – UFSC



Vera Herweg Westphal  
Professora Dra. Departamento de Serviço Social – UFSC



Káthia Müller  
Assistente Social. Ms.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2010



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade em estar nesse mundo e sempre estar ao meu lado.

Agradeço aos meus pais que sempre fizeram de tudo pelo meu melhor, sempre me incentivando aos estudos, todas as conquistas que obtive devo a vocês, obrigada pelo apoio e pela dedicação. Tenho muito orgulho de ser filha de vocês.

Agradeço a minha irmã Rosângela, que com o tempo foi me ensinando o verdadeiro sentido de ser irmão. Obrigada por todo o apoio e a confiança que sempre depositastes em mim. Juntamente com a minha irmã agradeço ao meu cunhado que muitas vezes também ouviu os meus desabafos ao longo do curso.

Agradeço, a uma pessoa muito especial que foi indispensável para mim durante a formação. Leon obrigada por todo o apoio, pelas longas conversas, pelo incentivo, pela confiança que sempre depositastes em mim, por sempre ter me dado força pra continuar e nunca desistir, por acreditar no nosso futuro, por compreender o momento de construção de TCC e sempre ficar ao meu lado pra eu não parar de escrever. Fosses mais que o meu namorado, fosses o meu companheiro, o meu melhor amigo, o meu confidente, o meu psicólogo. Obrigado por ter me ensinado o que é o amor.

Agradeço as minhas amigas que fiz durante a graduação, principalmente a três que foram imprescindíveis para a minha formação: Aline, Nadja, Rosângela, obrigada por terem ficado ao meu lado, vocês me proporcionaram momentos muito felizes, sentirei saudades das quartas da coxinha, do trio ternura, das longas conversas, desabafos, festas, das caronas a pé até a faculdade né Ro. Enfim vocês foram fundamentais para a minha formação e para a construção deste trabalho.

Também gostaria de agradecer a todos os funcionários do CEC Costeira, que me acolheram durante este ano com muito carinho. Em especial para minha supervisora de campo Noemi Hilda da Silva Leal, obrigada por me dar a oportunidade em desvelar o fazer profissional, pelo aprendizado e dedicação, e também pela sua compreensão e profissionalismo neste período tão corrido.

Agradeço especialmente a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keli Regina Dal Prá, pela dedicação, pela disponibilidade, por estar sempre pronta para me ouvir e me acalmar. Sem sua orientação não teria concluído este trabalho. Obrigada por ter me dado a oportunidade de ter

sido sua orientanda, você fez com que esse processo fosse menos árduo, agradeço pela confiança e pelas cobranças durante o processo de construção do TCC.

Por fim, agradeço a todas que de uma forma ou de outra fizeram parte desse processo de formação profissional.

CARDOSO, Priscila. **A atuação profissional do Assistente Social na coordenação de projetos socioeducativos:** a experiência dos Centros de Educação Complementar de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2010.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo geral analisar a atuação profissional do Assistente Social, no espaço de coordenação dos Serviços Socioeducativos de Assistência Social no município de Florianópolis, no espaço dos Centros de Educação Complementar (CEC). A pesquisa teve por metodologia a pesquisa exploratória, qualitativa, realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevistas semi-estruturadas com os profissionais que atuam neste espaço ocupacional. A estrutura do trabalho está composta, inicialmente, por uma breve contextualização da Política de Assistência Social e do Serviço Social como profissão inserida no mercado de trabalho, trazendo a análise da atuação profissional dos Assistentes Sociais inseridos na coordenação de serviços socioeducativos de Assistência Social. Como resultado o trabalho aponta a necessidade de fortalecer a inserção da profissão no eixo de intervenção de Processos de Planejamento Gestão das políticas sociais como campo privilegiado de inserção dos Assistentes Sociais.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Serviços Socioeducativos; Serviço Social; Atuação Profissional.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>1. BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CARIDADE À CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) .....</b>             | <b>11</b> |
| <b>1.1 A trajetória da Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito social .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>1.2 A estruturação da Assistência Social a partir do SUAS: avanços em direção a consolidação de uma política social pública .....</b>              | <b>18</b> |
| 1.2.1 A Proteção Social preconizada no SUAS.....  | 23        |
| <b>2. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL .....</b>  | <b>32</b> |
| <b>2.1 O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo: breves apontamentos ...</b>   | <b>32</b> |
| <b>2.2 A dimensão técnico-operativa e o Serviço Social .....</b>  | <b>38</b> |
| 2.2.1 As ações profissionais em questão .....   | 42        |
| <b>3. A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ESPAÇO DA COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SERVIÇOS SOCIOEDUCATIVOS .....</b> | <b>47</b> |
| <b>3.1 A realidade institucional dos serviços socioeducativos .....</b>   | <b>47</b> |
| <b>3.2 Apontando as características do trabalho profissional nos CEC's .....</b>  | <b>51</b> |
| 3.2.1 Problematizando o espaço do Serviço Social .....  | 58        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>67</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>71</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>  | <b>76</b> |
| <b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi estruturada.....</b>   | <b>77</b> |
| <b>APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>  | <b>79</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>80</b> |
| <b>ANEXO A- Certificado Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos .....</b>  | <b>81</b> |



**ANEXO B – Execução Indireta - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias .....82**

**ANEXO C – Execução Indireta – Entidades de Acolhimento Institucional .....83**

## INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas o Serviço Social, passou por um processo de reestruturação que rompeu com o conservadorismo profissional histórico, construindo um novo Projeto Ético-Político, trazendo para a profissão uma construção teórico-metodológica e ética-política norteada por uma postura crítica e uma perspectiva histórica e de totalidade. Neste processo de mudança a categoria assume o compromisso com a classe trabalhadora e a luta pela defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da justiça social e da democracia.

A inserção dos Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais vem sofrendo alterações conforme o movimento da sociedade. Cada vez mais os espaços de atuação profissional vêm se ampliando, tendo como espaço privilegiado de atuação as políticas sociais. Um dos espaços sócio-ocupacionais no qual o Assistente Social está inserido no município de Florianópolis é a Política de Assistência Social, nos Centros de Educação Complementares (CEC), que a partir da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, se insere dentro da Proteção Social Básica, nos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a faixa etária de 06 á 15 anos.

Dentro do contexto da Proteção Social Básica, é que esse trabalho apresenta um estudo sobre a atuação profissional do Assistente Social, nos espaços de coordenação dos serviços socioeducativos, da Política de Assistência Social.

O interesse pelo tema decorreu da realização do estágio curricular obrigatório I e II no CEC - Costeira do Pirajubaé, a partir das inquietações sobre a prática profissional do Assistente Social neste espaço ocupacional. À medida que se conheceu a realidade do serviço viu-se que o Assistente Social só estava inserido em três das nove unidades existentes no município de Florianópolis, entre elas o CEC-Costeira.

Esta inserção em apenas três unidades e a falta de documentos técnicos do Serviço Social no CEC-Costeira aguçaram a curiosidade em desvelar o fazer profissional do Assistente Social na medida em que se pudesse fortalecer a profissão no espaço ocupacional destinado a gestão e planejamento do serviço.

Além disso, durante a realização do estágio percebeu-se que a falta de sistematização da atuação do Assistente Social no CEC e o não reconhecimento por parte dos profissionais envolvidos sobre a Política de Assistência Social e sobre a função do Serviço Social no local - considerando-o como mero coordenador sem relacionar essa função explicitamente como uma

das possibilidades do exercício profissional – tornou necessário desenvolver uma reflexão sobre a atuação profissional do Assistente Social e a sua contribuição no CEC.

Compreende-se que a inserção do profissional na coordenação do serviço sócio educativo de Assistência Social, está além de uma simples coordenação, pois o profissional tem em seu projeto profissional o comprometimento com os usuários, tendo uma visão de totalidade ao compreender a realidade das famílias, da comunidade e da escola, podendo desenvolver um trabalho em conjunto para a construção da autonomia dos usuários.

Assim, este trabalho visa contribuir com o Serviço Social na medida em que se realizou um movimento de reflexão sobre suas ações profissionais, através dos relatos de experiência, obtidos via entrevistas semi-estruturadas. Através das reflexões sobre a atuação profissional e sua função neste espaço ocupacional buscou-se contribuir para a consolidação da profissão na instituição.

No momento em que o trabalho do profissional passa a ser refletido e busca-se compreender seu papel no espaço ocupacional, passa-se a fortalecer a profissão e apresentar para a instituição um estudo da realidade do serviço, bem como a sistematização do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo profissional de Serviço Social na coordenação do serviço. Para a formação acadêmica, trás uma reflexão sobre o Serviço Social inserido na área da Política de Assistência Social, apresentando relatos de experiências profissionais, as possibilidades e desafios encontrados na atuação no CEC, contribuindo para conhecer os espaços técnicos em que o Assistente Social se insere, já que a existência de bibliografias que tratam de experiências profissionais na coordenação de serviços sócio-educativos são escassas.

Assim, o **objetivo** deste trabalho foi analisar a atuação profissional do Assistente Social, no espaço de coordenação dos Serviços Socioeducativos de Assistência Social. Tendo por **objetivos específicos**: 1) Conhecer os instrumentais técnico-operativos utilizados na prática profissional do Assistente Social no espaço de coordenação dos Serviços Socioeducativos de Assistência Social; e 2) Analisar quais as possibilidades e desafios, desse espaço sócio-ocupacional, para a atuação profissional do Serviço Social.

Para tanto se realizou, como escolha **metodológica** a pesquisa de natureza qualitativa, pois segundo Minayo (2002, s/p), neste tipo de pesquisa se propõe trabalhar com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. A pesquisa foi do tipo exploratória e descritiva, exploratória porque tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, e descritiva, porque descreveu as características do trabalho profissional do Assistente Social no CEC.

Para o adensamento teórico do trabalho se utilizou da revisão bibliográfica e da pesquisa documental. A revisão bibliográfica foi utilizada para permear as reflexões sobre a história do Serviço Social na sua inserção no mercado de trabalho, os instrumentais técnico-operativos da profissão, bem como a contextualização da Política de Assistência Social, e a pesquisa documental a partir de documentos institucionais, como as propostas técnicas dos CEC's para apoiar na contextualização da instituição e do serviço.

A **coleta de informações** ocorreu através da entrevista semi-estruturada (Apêndice A), composta por um roteiro de perguntas estabelecido previamente pelo entrevistador. Segundo Minayo (2007, p. 64), a entrevista semi-estruturada combina “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada”.

A **amostra** da pesquisa foi obtida de maneira intencional e foi composta por três Assistentes Sociais que atuam como coordenadores nos CEC's em Florianópolis.

Antes de serem realizadas as entrevistas, a pesquisa foi **submetida ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)** da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do qual obteve aprovação para a sua realização (Anexo A). Além da aprovação no CEPSH, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), no qual se apresentou as informações sobre a pesquisa, e os procedimentos de como a pesquisa seria desenvolvida.

A **análise das informações** ocorreu através da sistematização das entrevistas e reflexões sobre a atuação profissional tendo por base as ações profissionais, o Projeto Ético-Político da Profissão e os objetivos da pesquisa.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo se abordou o contexto da Política de Assistência Social e sua reestruturação a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), dando enfoque a Proteção Social Básica preconizada a partir do SUAS, apresentando os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos no qual os CEC's se inserem. No segundo capítulo se contextualizou o Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho, fez-se uma reflexão sobre a inserção do Assistente Social como trabalhador assalariado e sobre a dimensão técnico-operativa do seu fazer profissional tomando como pressuposto as ações profissionais, o Projeto Ético-Político e a dimensão teórico-metodológico da profissão. No terceiro capítulo se apresentou a pesquisa onde se discutiu sobre a atuação do Serviço Social no espaço específico da coordenação dos CEC's, seus desafios e possibilidades.

## **1. BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CARIDADE À CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**

Nesta sessão apresenta-se uma breve discussão sobre a trajetória da política de Assistência Social até os dias atuais. A configuração da política de Assistência Social com a consolidação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), com enfoque na proteção social e nos serviços por ela desenvolvidos de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

### **1.1 A trajetória da Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito social**

No Brasil a Assistência Social esteve historicamente vinculada à filantropia, a caridade, a ajuda, sendo diretamente relacionada com a solidariedade da Igreja e de grupos com motivações religiosas. Segundo Madeira (2006), o usuário da assistência era visto como “assistido”, “favorecido” e não como cidadão, que tinha direito a utilizar os serviços ou ações de Assistência Social oferecidas pelas entidades assistenciais.

A Assistência Social era praticada no campo da benevolência e não era compreendida como política social, pois estava organizada a partir de ações pontuais, fragmentadas e emergenciais. As políticas sociais, que antecedem a década de 1930, estavam prioritariamente voltadas para as questões trabalhistas, onde tinham acesso somente àqueles que estavam inseridos no mundo do trabalho e que tinham suas ocupações reconhecidas por lei.

Segundo Santos (1994), o conceito chave para entender a política econômico-social pós-1930 é o de cidadania regulada, que diz respeito ao “conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (SANTOS, 1994, p. 68). Ou seja, para ser considerado cidadão o indivíduo deveria estar vinculado a alguma das profissões reconhecidas pela legislação da época. Assim, a expansão da cidadania ocorria de acordo com a regulamentação das profissões, estando diretamente relacionada às profissões, e os direitos dos cidadãos restringiam-se a sua ocupação no sistema produtivo (SANTOS, 1994).

Os trabalhadores da área rural e os demais trabalhadores urbanos, que não tinham regulamentação profissional reconhecida por lei, eram classificados como pré-cidadãos, proporcionando uma expansão do mercado informal, visto que o compunha não apenas os desempregados e os subempregados, como todos os que não possuíam regulamentação profissional. (SANTOS, 1994).

Neste período a definição de cidadania passa a ser considerada de acordo com três parâmetros: “a regulamentação profissional, a carteira de trabalho profissional<sup>1</sup>, e o sindicato público” (SANTOS, 1994, p. 69).

Segundo Madeira (2006, p. 21), é só na década de 1940 que o Estado passa a destinar ações para a proteção dos pobres criando grandes instituições como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), que iniciam “o atendimento sócio-assistencial de forma mais sistemática e sob a tutela estatal, especialmente no caso da LBA”.

A LBA foi a primeira instituição de Assistência Social do Brasil, fundada em 28 de agosto de 1942, sendo administrada pelas primeiras damas e tendo suas ações financiadas por recursos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e por donativos (MADEIRA, 2006).

A princípio foi criada para assistência das famílias dos convocados para a Segunda Guerra Mundial, passando progressivamente a atuar em todas as áreas da Assistência Social, “de início para suprir sua atividade básica e, em seguida, visando a um programa de ação permanente” (OLIVEIRA, 1996, p. 71).

Transformada em fundação no ano de 1969 e em 1979 vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, a LBA, posteriormente passa a integrar o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS)<sup>2</sup>, nascendo assim uma importante articulação ente as áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Segundo Oliveira (1996), eram beneficiários da LBA as pessoas que, independente de sua vinculação com o SINPAS, encontravam-se em situação de subemprego ou desemprego e que não possuíam poder aquisitivo suficiente para superar a condição de desfavorecimento

---

<sup>1</sup> Segundo Santos (1994), a carteira de trabalho foi instituída em 1932 e servia como evidência jurídica para o gozo dos direitos trabalhistas da profissão. Em 1937, a população economicamente ativa é dividida entre os que possuem profissão regulamentada e os que não possuem profissão regulamentada, cabendo apenas aos trabalhadores com profissões regulamentadas associar-se aos sindicatos tendo em vista a reivindicação de seus direitos.

<sup>2</sup> Segundo Silva (1977), o SINPAS foi instituído para propor a política previdenciária e de assistência médica, farmacêutica e social, além de supervisionar os órgãos que passou a reunir, sendo eles o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica), IAPAS (Instituto de Arrecadação da Previdência Social), INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), LBA, FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor), CEME (Central de Medicamentos) e DATAPREV (Empresa de Processamento de Dados da Previdência).

que se encontravam. Suas ações efetivavam-se por meio de benefícios e encaminhamentos aos serviços, com base não na identificação das necessidades sociais e na garantia dos direitos, mas na avaliação de cada caso dos indivíduos necessitados. Traz como principal herança para a Assistência Social a consolidação do *primeiro-damismo*, onde a assistência não era reconhecida como responsabilidade estatal, reafirmando a caridade, a ajuda e o clientelismo (MDS, 2010).

Na década de 1980, o Brasil “passou por um período de crise econômica, dívida interna e externa, descontrole governamental e profundas desigualdades de renda” (MADEIRA, 2006, p. 24). Neste período emergem no cenário das políticas sociais, as Organizações Não Governamentais (ONG's), que até hoje, muitas vezes assumem o papel do Estado na discussão sobre o crescente pauperismo da população, contribuindo para a terceirização das políticas públicas, e para a desresponsabilização do Estado frente à questão social, deixando-a a mercê da solidariedade da sociedade civil (MADEIRA, 2006).

Ao mesmo tempo em que o país passa por um processo de ruptura com a ditadura militar e inicia um processo de redemocratização, a sociedade passou a se organizar para lutar por seus direitos, e pela construção de um sistema de proteção social, iniciando um movimento constituinte que inaugura a discussão da Assistência Social como política pública de responsabilidade do Estado.

Em 1988, é promulgada a nova constituição do país, que institui a Assistência Social como uma política pública, onde juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social, compõe o tripé da seguridade social brasileira. A seguridade social, de acordo com o artº 194 da Constituição Federal de 1988, compreende um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social” (BRASIL, 2008, p. 112).

É a partir da inserção da Assistência Social na seguridade social, que a mesma é alicerçada como direito e definida, conforme Pereira (1996 apud COUTO, 2006, p.28), como um tipo particular de política social caracterizada por ser “genérica” na atenção específica dos usuários, “particularista”, pois está voltada para o atendimento das necessidades sociais, “desmercadorizável”, e “universalizante”, pois com a inclusão de segmentos antes excluídos das políticas, reforça o conteúdo de diversas políticas setoriais.

Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social se transforma em direito do cidadão e dever do Estado, voltada a quem dela necessitar independente de contribuição para a seguridade social, tornando-se de responsabilidade pública obrigatória (BRASIL,1988). Trás o caráter “genérico da prestação de serviços e identifica que o atendimento deve ser

voltado para as necessidades sociais básicas”, trazendo para a política as demandas da população que permanecia invisível anteriormente (COUTO; SILVA, 2009, p. 34).

#### Segundo Pereira

a partir de então, a Assistência Social brasileira deixou de ser, em tese, uma alternativa de direito, ou dever moral, para transformar-se em direito ativo ou positivo<sup>3</sup>, da mesma forma que os demandantes dessa assistência deixaram de ser meros clientes de uma atenção assistencial espontânea - pública e privada - para transformar-se em sujeitos detentores do direito à proteção devida ao Estado (PEREIRA, 1996, p.99).

Essa concepção de Assistência Social engloba diversos avanços, sendo os principais indicados por Couto:

a) definição como política pública; b) a definição de que é possível existir provisão social sem que, para isso, seja necessária a contribuição financeira de quem é mandatário da política; e c) o caráter universalizante, colocando-a no rol de integração com as demais políticas sociais e principalmente econômicas (COUTO, 2004, apud COUTO; SILVA, 2009, p.35).

Segundo Paiva (1999, p. 24), na Constituição Federal de 1988, “pode-se constatar que a assistência mantém interfaces com todas as políticas sociais setoriais e com políticas de conteúdo econômico”, pois, estão presentes não apenas nas sessões específicas da seguridade social, como também nas sessões de outras políticas “como da educação, da família, da criança e do adolescente, e do idoso e nos capítulos da Política Urbana e da Reforma Agrária”.

Apesar dos avanços formais da Assistência Social como política pública, conforme Pereira (1996, p. 60), ela continua sendo norteadada por uma noção de pobreza absoluta ou privação extrema, “que se caracteriza pela ausência de requerimentos mínimos necessários para manter a vida ou a subsistência de pessoas submetidas a esta condição”, cabendo a lei que a regulamente modificar essa visão.

Por mais que a Assistência Social passe a integrar a seguridade social, a partir da Constituição, tornando-se um direito, sua função ainda era suplementar, pois os artigos que a compõe não são auto-aplicáveis, necessitando a criação de uma lei que a regulamente.

---

<sup>3</sup> Quando a autora se refere em direito ativo e positivo ela se refere “à qualidade peculiar dos direitos sociais de se concretizarem em políticas públicas mediante efetivo comprometimento do Estado com o bem-estar de indivíduos e grupos (PEREIRA, 1996, p. 100).



Somente após cinco anos de mobilização da sociedade que é sancionada em 7 de dezembro de 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que regulamenta os artº 203 e 204 da Constituição Federal que trata da política de Assistência Social.

A LOAS configura a Assistência Social como política pública da seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, e segundo Pereira (1996) possui duas principais funções: uma que é de transformar o que foi sancionado na Constituição Federal de 1988 como direito e outro que é estabelecer e definir o significado do campo da Assistência Social no âmbito da seguridade social.

De acordo com Yasbek

a LOAS não apenas introduz novo significado para a Assistência Social, diferenciando de assistencialismo, situando-a na política de seguridade voltada a extensão da cidadania social dos setores mais vulnerabilizados, mas também aponta a centralidade do estado na universalização e garantia de direitos de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da Assistência Social no país, sob a égide da democracia e da cidadania (YASBEK, 1997 apud COUTO, 2006, p. 29).

A estruturação da LOAS ocorre em seis capítulos que tratam da definição e dos objetivos; dos princípios e diretrizes; da organização e gestão; dos benefícios, serviços, programas e projetos; do financiamento e das disposições gerais e transitórias.

São objetivos da Assistência Social segundo a LOAS:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.  
Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993, p.1).

Com o advento da LOAS, ficam preconizados novos patamares da Assistência Social, englobando desde benefícios de transferência de renda, como os benefícios eventuais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), este último destinado para a pessoa portadora de deficiência ou para o idoso que não possui meios de prover suas necessidades e nem de tê-la

provida por sua família lhe sendo de direito um benefício mensal de um salário mínimo, até a prestação de serviços assistenciais de proteção social, programas e projetos de enfrentamento à pobreza.

A Lei aponta também a importância de estabelecer a relação entre a política de Assistência Social e as demais políticas públicas setoriais, visando “não só a eficácia das ações assistenciais, mas também a extensão destas políticas [...] aos mais pobres e, conseqüentemente, a sua efetiva universalização” (PEREIRA, 1996, p.106), deixando de ser pontual e fragmentada, cumprindo um papel universalizante.

Nos seus princípios e diretrizes a LOAS preconiza a responsabilidade do Estado na coordenação e execução da política de Assistência Social, estabelece que os serviços e programas devem ser acessados de forma não-contributiva sobre exigências de rentabilidade econômica, devendo atuar de forma descentralizada e participativa e realizar uma ampla divulgação dos benefícios, programas e serviços oferecidos (PEREIRA, 1996).

Segundo Pereira (1996, p.104), a descentralização que preconiza a LOAS é pautada no pluralismo institucional, “que aposta na coalizão de forças públicas e privadas não mercantis para instituir, manter e estender direitos em nome da responsabilidade social”. No que tange a organização, a LOAS prevê a descentralização participativa em duas direções: da esfera federal para as esferas estaduais e municipais e do Estado para a sociedade. Ou seja, “prevê-se o deslocamento dos espaços de planejamento e tomada de decisão de uma instância central para outras, intermediárias e locais, bem como dos recursos (materiais, humanos e financeiros) necessários ao exercício do poder nas diferentes instâncias” (PEREIRA, 1996, p.78).

Apesar da regulamentação da LOAS e da instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no ano de 1995, o governo então vigente, do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), decide criar o Programa Comunidade Solidária (PCS). O referido Programa foi criado através da Medida Provisória nº 813/95 e segundo Couto (2004), se constituiu num sistema paralelo a política de assistência social. De acordo com Sitcovsky (2009, p. 160) o PCS foi um “divisor de águas que apresenta a fórmula encontrada para substituir as velhas práticas de filantropia, financiadas pelo Estado brasileiro e as ‘novas’ propostas de parcerias entre Estado e sociedade, expressas na reforma do Estado”. Esta mesma medida provisória decreta o fim da LBA.

Cabe ressaltar que a LOAS é aprovada e implementada em um período que o país fundamentava a Assistência Social voltada para a solidariedade, para a atuação filantrópica e para o voluntariado. No governo posterior a aprovação da LOAS a Assistência Social

continua sendo tratada com influências dos pressupostos da solidariedade, do trabalho voluntário e das parcerias. Já os recursos destinados ao PCS eram maiores que os destinados ao Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS), órgão este responsável pelo financiamento da Assistência Social em todo o país (SITCOVSKY, 2009).

Dentre os avanços da política de Assistência Social com a efetivação da LOAS destaca-se a “criação de Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social (PAS), e a realização das Conferências de Assistência Social” (MADEIRA, 2006, p. 30).

Os Conselhos de Assistência Social, de acordo com Brasil (1993, p.4), em seu artigo 16 “são instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil”. A estrutura dos Conselhos é composta da seguinte forma: *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)*, órgão superior de deliberação, vinculado a administração pública federal, composto por 18 membros, sendo nove representantes da sociedade civil e nove representantes do governo, possuindo mandato de dois anos, permitida recondução por igual período; *Conselhos Estaduais de Assistência Social*, instituídos pelos Estados; *Conselho de Assistência Social do Distrito Federal*, executado no Distrito Federal; e *Conselhos Municipais de Assistência Social*, instituídos pelos municípios, todos seguindo as diretrizes de composição paritária nos diversos níveis de governo (BRASIL, 1993).

Aos Conselhos de Assistência Social cabe o exercício de um conjunto de atribuições relacionadas principalmente à formulação e ao controle social da Política Nacional de Assistência Social. Além dos conselhos, outro mecanismo de controle social são as Conferências de Assistência Social que segundo o MDS

constituem-se em fóruns democráticos, abertos à participação do conjunto da população, instituições e organismos envolvidos não só com a formulação, gestão e controle da Política Nacional de Assistência Social nas três esferas federativas, mas também os sujeitos aos quais as ações dessa política se destinam (usuários), tendo em vista o fortalecimento da continuidade do processo de sua implementação (MDS, 2010, p. 55).

Os Planos de Assistência Social (PAS), “são um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS” (NOB/SUAS, 2005, p. 39). São elaborados sobre responsabilidade do órgão gestor, em cada esfera do governo, devendo ser submetido a análise e aprovação dos Conselhos de Assistência Social. Este documento, geralmente, é elaborado de acordo com o prazo de uma

administração, ou seja, quatro anos, devendo ser desdobrado anualmente em um plano de ação (MDS, 2010).

Segundo o MDS, o PAS deve ter as seguintes informações:

- análise situacional; - objetivos gerais e específicos; - diretrizes e prioridades; - ações estratégicas para sua implementação; - metas, resultados e impactos esperados; - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários à sua implementação; - mecanismos e fontes de financiamento; - cobertura da rede prestadora de serviços; - indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal da execução (MDS, 2010, p. 93).

Os Fundos de Assistência Social devem ser criados em cada ente da federação, devendo estar estruturados como unidade orçamentária. Tem por objetivo “proporcionar recursos e meios para financiar benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Social” (MDS, 2010, p.113). Cabendo

ao órgão responsável pela coordenação da política pública de Assistência Social na respectiva esfera de governo, a gestão e a responsabilidade pelo fundo naquele âmbito, e ao conselho respectivo a orientação, o controle e a fiscalização desse gerenciamento, através de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira (NOB/SUAS, 2005, p. 46).

Os Conselhos, Planos e Fundos de Assistência Social, se tornam requisitos obrigatórios para a habilitação dos municípios na gestão do SUAS, tornando-se imprescindível para obter o nível de gestão inicial, básica e plena. Sem esses instrumentos os municípios ficam não habilitados para prestar os serviços da gestão SUAS e para receber o financiamento do Governo Federal e Estadual (SPOSATI, 2006).

## **1.2. A estruturação da Assistência Social a partir do SUAS: avanços em direção a consolidação de uma política social pública**

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, debateu sobre a construção de um novo modelo de política social para a área da Assistência Social ao propor a estruturação dos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais no SUAS. No ano

posterior, em 2004 o MDS, respeitando as deliberações da referida Conferência e reconhecendo que esta desenvolveu um amplo processo democrático de debate em todo o país, traduz suas principais deliberações e aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que passa a regulamentar o SUAS.

Segundo o MDS (2010, p.42), o SUAS “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”.

Segundo Yasbek,

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Assistência Social prestados diretamente - ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos -, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (YASBEK, 2006, p.130).

A PNAS trás inúmeras inovações dentre elas encontram-se a estruturação da Assistência Social em níveis de proteção social com perspectiva socioterritorial, ou seja, as ações são executadas nos territórios, favorecendo a localização de uma rede de serviços voltada para a comunidade local. (MDS, 2010)

Trás também a centralidade na referência familiar, “recolocando em foco a composição dos direitos socioassistenciais integrados ao núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (MDS, 2010, p. 45). A matricialidade sócio-familiar possui destaque na PNAS, através da compreensão de que a centralidade na família e a superação da focalização

repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Neste sentido a política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e indivíduos (PNAS, 2004, p.26).

A PNAS passa a determinar a forma como os serviços socioassistenciais do SUAS serão organizados, tendo por referência a Vigilância Social, a Defesa Social e Institucional e a Proteção Social.

A *Vigilância Social* refere-se ao desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão pelo órgão público gestor da Assistência Social para a identificação das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável, com conhecimento

sobre o cotidiano de vida das famílias e das condições concretas que geram vulnerabilidades ou provocam danos aos cidadãos (PNAS, 2004).

A *Defesa Social e Institucional* trata de como devem estar organizados os Serviços de Proteção Social Básica e Especial a fim de garantir aos usuários o acesso aos direitos socioassistenciais e a sua defesa (PNAS, 2004).

A *Proteção Social* refere-se ao conjunto de ações, benefícios e auxílios utilizados na prevenção e como forma de reduzir o impacto das situações de vulnerabilidade e risco, na direção do desenvolvimento humano e social e dos direitos de cidadania (PNAS, 2004).

Outra importante normativa do SUAS é a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), aprovada pelo CNAS por meio da Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005. Segundo Madeira, a NOB/SUAS:

disciplina a gestão da Política de Assistência Social, tendo como conteúdo: o caráter do SUAS, as funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira, níveis de gestão do SUAS, instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS, financiamento e regras de transição (MADEIRA, 2006, p.32).

Considerando que o SUAS define suas ações através da territorialização e descentralização, cabe desvelar um pouco sobre a forma de organização da política de Assistência Social no município de Florianópolis, onde se realizará a pesquisa de campo.

O município de Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina e possui, segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2010), uma população estimada de 421.203mil habitantes e o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,88, sendo considerado um bom índice, estando Florianópolis entre as melhores cidades para se viver de acordo com a qualidade de vida e sendo a Capital com o IDH mais elevado.

Pelo tamanho populacional o município é caracterizado como de grande porte que, segundo a PNAS (2004), são municípios que possuem uma estrutura econômica mais complexa, são pólos de regiões e sedes de serviços especializados, possuem um grande número de habitantes, contém maior infra-estrutura e conseqüentemente atraem populações que migram de outras regiões na busca de melhores oportunidades, apresentando grande demanda para as políticas públicas.

Tendo em vista a classificação de Florianópolis como de grande porte e a extensão de sua rede socioassistencial instalada, o município possui gestão plena do sistema municipal de Assistência Social, ou seja, possui a gestão total das ações da Assistência Social, tanto no

nível de Proteção Social Básica, quanto Especial de Média e Alta Complexidade e suas ações de Assistência Social podem ser co-financiadas pelo FNAS mediante repasse ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) (NOB/SUAS, 2005, p. 25).

Segundo a NOB/SUAS,

o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial em seu município, deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos existentes em seu município. Por isso tem de se responsabilizar pela oferta de programas, projetos e serviços que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e transferência de renda; que vigiem os direitos violados no território; que potencialize a função protetiva das famílias e a auto organização e conquista de autonomia de seus usuários (NOB/SUAS, 2005, p. 25).

Na Tabela 1 apresentam-se as condições, responsabilidades e a transferência de recursos financeiros federais, de acordo com o nível de gestão que o município executa.

**Tabela 1 – Níveis de gestão do SUAS**

| <b>Condições</b>  | <b>Responsabilidades</b>  | <b>Transferência de recursos financeiros do FNAS para o FMAS</b>  |
|---|---|---|
| <b>GESTÃO INICIAL DO SISTEMA</b>  |   |   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Municipal de Assistência Social</li> <li>• Plano Municipal de Assistência Social</li> <li>• Fundo Municipal de Assistência Social</li> <li>• Recursos financeiros no fundo (s/ especificar qualquer referência);</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Municar com dados a rede SUAS;</li> <li>• Inserir as famílias mais vulneráveis no Cadastro Único;</li> <li>• Preencher o plano de ação no SUAS-WEB;</li> <li>• Apresentar relatório de gestão;</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos do Peti;</li> <li>• Recursos do Sentinela;</li> <li>• Piso básico de transição de média complexidade;</li> <li>• Piso de alta complexidade;</li> </ul>  |
| <b>GESTÃO BÁSICA DO SISTEMA</b>   |   |   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Além da gestão inicial acrescida de CRAS – em número e capacidade de acordo com o porte;</li> <li>• Plano de inserção e acompanhamento dos beneficiários do BPC;</li> <li>• Unidade de recepção para o BPC e benefícios eventuais;</li> <li>• Diagnóstico de áreas de risco e maior vulnerabilidade social;</li> <li>• Manter secretaria executiva no conselho;</li> <li>• Ter conselhos funcionan-</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar da gestão do BPC;</li> <li>• Participar das ações (locais, regionais, estaduais) para atenção às demandas de média e alta complexidade;</li> <li>• Supervisionar a rede própria e a conveniada;</li> <li>• Criar o vínculo SUAS com as entidades;</li> <li>• Demais competências da inicial;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Piso básico fixo;</li> <li>• Piso básico de transição;</li> <li>• Recursos do Peti;</li> <li>• Recursos do Sentinela;</li> <li>• Manter a transferência em valor histórico de média e alta complexidade transformados como pisos de transição;</li> <li>• Habilitar mandatários para o BPC antes do INSS;</li> <li>• Recursos pra operar a revisão do BPC;</li> <li>• Recursos para programas de capacitação.</li> </ul> |

| do(CMAS/CMDCA/Conselho Tutelar);  |   |   |
|---|---|---|
| GESTÃO PLENA DO SISTEMA   |   |   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para além da básica - ter sistema municipal de monitoramento e avaliação por nível de proteção;</li> <li>• Declarar capacidade instalada de alta complexidade;</li> <li>• Cumprir pacto de resultados;</li> <li>• Ter gestor do fundo nominado e lotado no órgão gestor de assistência social;</li> <li>• Política de recursos humanos com carreira para servidores públicos;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos e programas de inclusão produtiva;</li> <li>• Programa ampliado do CREAS;</li> <li>• Vínculo SUAS com entidades parceiras;</li> <li>• Avaliação de resultados;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos para inclusão produtiva;</li> </ul> |

Fonte: SPOSATI, 2006.

Como se pode observar na Tabela 1, existem diversas condições para que o município execute a gestão plena dos serviços assistenciais, devendo possuir uma ampla e organizada estrutura de Assistência Social municipal para poder cumprir com as responsabilidades estabelecidas para a execução da gestão.

No município de Florianópolis o órgão gestor responsável pela execução da política municipal de Assistência Social é a Secretaria de Assistência Social (SEMAS), sendo estruturada administrativamente por seis diretorias: Diretoria de Serviços Básicos, Diretoria de Serviços de Média Complexidade, Diretoria de Serviços de Alta Complexidade, Diretoria de Mobilização Comunitária, Diretoria da Juventude e Diretoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

No decorrer dos últimos anos a política de Assistência Social vem se ampliando e se consolidando como política pública. Segundo Mota (2009), esta política vem tornado-se central dentre as políticas de seguridade social, constituindo-se como o principal mecanismo de proteção social no Brasil. Isso vem ocorrendo, pois há uma expansão da Assistência Social como política não contributiva e há o aumento das condicionalidades restritivas da Previdência e da Saúde, que vem sendo privatizadas e os benefícios não vem sendo ampliados.

Ainda segundo Mota (2009), a medida que a seguridade social passa a focalizar os segmentos mais pobres da sociedade, sobre discursos do aumento da pobreza e da impossibilidade de equilíbrio financeiro em manter as políticas de Saúde e Previdência, imprime outro formato para a extensão da política de Assistência Social, que passa a centralizar suas ações nos programas de transferência de renda, que recebem a maior parte dos



recursos financeiros destinados a essa política, como ilustra a Tabela 2 sobre o repasse de recursos por ações para o município de Florianópolis.

**Tabela 2 - Recursos Federais repassados para a Assistência Social do município de Florianópolis – Agosto/2010**

| Ação  |       | Beneficiários    | Repasse Mensal ago/10 | Repasse até ago/10   |
|---|-------|------------------|-----------------------|----------------------|
| Benefício de Prestação Continuada (BPC)   | 1.282 | PCD <sup>4</sup> | 652.462,50            | 5.081.640,50         |
|   | 1.041 | Idoso            | 529.685,20            | 4.164.464,61         |
| Renda Mensal Vitalícia (RMV)  | 262   | PCD              | 132.600,00            | 1.097.010,00         |
|   | 103   | Idoso            | 52.515,00             | 435.420,00           |
| BPC na escola (Capacitação/Questionário)  |       |                  | 0                     | 7.225,00             |
| PAIF Serviço de Proteção Social Básica à Família  |       |                  | 117.000,00            | 681.300,00           |
| Número de CRAS: 13 Co-financiados: 13   |       |                  |                       |                      |
| Serviços Específicos de Proteção Social Básica  |       |                  | 6.085,80              | 115.962,09           |
| ProJovem Adolescente  |       |                  | 11.306,25             | 26.381,25            |
| Serviço Específico de Proteção Social Especial (Serviços de Acolhimento)  |       |                  | 34.652,60             | 258.826,32           |
| Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias   |       |                  | 13.000,00             | 26.000,00            |
| Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho                          |       |                  | 10.000,00             | 72.500,00            |
| Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa                                  |       |                  | 19.800,00             | 153.340,00           |
| Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias |       |                  | 13.000,00             | 111.200,00           |
| Número de CREAS: 2 Co-financiados: 2  |       |                  |                       |                      |
| <b>Total</b>  |       |                  | <b>1.592.107,35</b>   | <b>12.231.269,77</b> |

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/gerar/index.php>.

Na Tabela 2 pode-se observar a distinção das verbas repassadas para os programas de transferência de renda como o BPC e a RMV e para os Serviços de Proteção Social Básica e Especial, mostrando a centralidade que os programas de transferência de renda vêm assumindo na política de Assistência social.

Porém, apesar dos recursos voltados para os programas de transferência de renda serem maiores, não significa que a política de assistência não venha implementando outras ações preconizadas pela PNAS, pelo contrário com a consolidação do SUAS houve uma expansão de serviços, dentre esses serviços destacaremos os voltados para a Proteção Social.

### 1.2.1 A Proteção Social preconizada no SUAS

A Proteção Social de Assistência Social consiste no conjunto de “ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS, para reduzir e prevenir o impacto das

<sup>4</sup> Pessoas com deficiência.

vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (NOB/SUAS, 2005, p. 16).

Segundo NOB/SUAS, a direção que a Proteção Social de Assistência Social possui pelo desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar, a territorialização, a proteção pró-ativa, a integração à seguridade social e a integração às políticas sociais e econômicas (NOB/SUAS, 2005).

Também tem por garantias a segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais (NOB/SUAS, 2005).

A Proteção Social abrange a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial - esta dividida em Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade. Seus serviços devem ser prestados preferencialmente, em unidades próprias do município, através dos Centros de Referência da Assistência Social básico e especializado, podendo ser executados em parceria com entidades não-governamentais de Assistência Social, integrando a rede sócio-assistencial (PNAS, 2004). Devem garantir, segundo a PNAS, as seguintes seguranças:

- **segurança de sobrevivência** ou de rendimento e de autonomia: através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos;

- **segurança de convívio ou vivência familiar**: através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências sócio-educativas, lúdicas, sócio-culturais, desenvolvidas em rede de núcleos sócio-educativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades;

- **segurança de acolhida**: através de ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações sócio-educativas (PNAS, 2004, p. 24).

A **Proteção Social Especial** objetiva prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, em decorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas,

cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. “As ações destinam-se ao enfrentamento de situações de risco em famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou situações nas quais já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários” (YASBECK, 2006, p. 130).

É dividida em **serviços de média complexidade** - que são voltados a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, porém os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (NOB/SUAS, 2005). A unidade que presta estes serviços são os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que desenvolvem serviços especializados e continuados, com acesso gratuito as famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, focando a família e a situação vivenciada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de Assistência Social e as demais políticas públicas (MDS, 2010).

Os **serviços de alta complexidade** são voltados à proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar ou comunitário, ou seja, onde há rompimento do vínculo familiar e comunitário (NOB/SUAS, 2005).

A **Proteção Social Básica** objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário. (PNAS, 2004)

Seus serviços visam potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos e através de serviços locais que objetivam a convivência, a socialização, o incentivo à participação e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários encontram-se fragilizados e não foram rompidos (NOB/SUAS, 2005).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os Serviços de Proteção Social Básica são os seguintes: 1) Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF); 2) Serviço de Suporte Domiciliar; e 3) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Segundo a PNAS (2004), os serviços devem ser executados de forma direta pelos CRAS e em outras unidades públicas e básicas de Assistência Social, podendo ser também executada de forma indireta nas entidades de Assistência Social de abrangência do território dos CRAS.

Os CRAS são considerados a porta de entrada para o SUAS, pois encontram-se espalhados de acordo com o território, tem por objetivo:

prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (MDS, 2009, p. 9).

Algumas ações da Proteção Social Básica devem ser desenvolvidas necessariamente nos CRAS como é o caso do PAIF. Além de implementar o PAIF, os CRAS devem prestar informações e orientações para a população de sua área de abrangência, e se articular com a rede de proteção social local no que se refere a garantia dos direitos de cidadania fazendo conexão com as demais políticas sociais (MDS, 2010a).

As equipes que desenvolvem o trabalho social nestas unidades são responsáveis pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social sendo “destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009, p.5).

Os serviços desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de Assistência Social sem fins lucrativos, devem obrigatoriamente ser reverenciados pelo CRAS que abrange a localidade (MDS, 2009).

Atualmente existem no município de Florianópolis cinco CRAS localizados nas regiões: Centro-Leste, Norte, Sul, Continente-I e Continente- II<sup>5</sup>, que tem sua divisão por área de abrangência de acordo com a Tabela 3.

**Tabela 3 – Área de abrangência dos CRAS no município de Fpolis**

| CRAS                      | ÁREA DE ABRANGÊNCIA  |
|---------------------------|--|
| <b>CRAS Central</b>       | Maciço Central, Agrônômica, Trindade, Serrinha, Córrego Grande, Itacorubi, Pantanal, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Costa da Lagoa, etc;  |
| <b>CRAS Continente I</b>  | Balneário, Canto, Jardim Atlântico, Sapé Monte Cristo, Novo Horizonte, Nova Esperança, Santa Terezinha, e demais áreas de interesse social;  |
| <b>CRAS Continente II</b> | Coloninha, Capoeiras, Morro da Caixa, Coqueiros, Itaguaçu, Bom Abrigo, Abraão, Vila Aparecida, e demais áreas de interesse social;   |
| <b>CRAS Norte</b>         | Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Vargem Grande, Vargem Pequena, Jurerê, Ponta das Canas, Santo Antonio de Lisboa, João Paulo, Ingleses, Rio Vermelho, Ratonas, Santinho, e demais áreas de interesse social;                |
| <b>CRAS Sul</b>           | Caeira, Saco dos Limões, Costeira, Rio Tavares, Tapera, Pântano do sul, Armação, Caeira da Barra do Sul, Ribeirão da Ilha, Campeche, Morro das Pedras, Carianos, Panaia, Areias do Campeche, e demais áreas de interesse social; |

<sup>5</sup> Atualmente estão implantados 5 CRAS, porém brevemente será implementado mais 08 CRAS, onde as áreas de abrangência de cada CRAS passará por uma reestruturação, totalizando 13 CRAS no município.

Fonte: Sistematização realizada a partir das informações da Prefeitura Municipal de Florianópolis, (2009).

O PAIF consiste na realização de um “trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida” (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.6). Deve ocorrer necessariamente em uma unidade do CRAS.

São usuários do PAIF as famílias em situação de vulnerabilidade econômica, que fazem parte do território de abrangência do CRAS, principalmente as que recebem benefícios socioassistenciais e fazem parte de programas de transferência de renda, como o BPC e o Programa Bolsa Família (PSB) ou que se enquadram nos critérios de seleção para esses benefícios, como aquelas famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), porém que ainda não foram contemplados, pessoas com deficiência e idosos que encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009)

De acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Suporte Domiciliar consiste na oferta de atenção por meio de cuidadores formais, de modo sistemático e planejado, no domicílio do usuário, a fim de apoiar as famílias nos cuidados cotidianos com o usuário.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser realizado em grupos, visando garantir aquisições progressivas aos seus usuários de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. É dividido de acordo com a faixa etária de zero até 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos com idade superior a 60 anos (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009).

Este serviço tem por objetivos gerais:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;

- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 12).

A análise deste serviço se constitui fundamental tendo em vista que o desenvolvimento do trabalho está centrado nos Centros de Educação Complementar (CEC) voltados para o atendimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 15 anos. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltado para esta faixa etária deve desenvolver atividades, em horário alternado ao da escola, visando a construção de um espaço de convivência, de formação voltada para a cidadania e a participação, buscando desenvolver a autonomia e o protagonismo das crianças e adolescentes de acordo com as demandas apresentadas pelos mesmos. As atividades devem ser desenvolvidas de forma lúdica, cultural e esportiva, objetivando a interação, a sociabilidade e a proteção social dos usuários. Deve incluir crianças e adolescentes com deficiência, retiradas do trabalho ou que tenham sofrido violação de seus direitos.

São objetivos específicos para as ações realizadas para esta faixa etária

- Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.12).

É no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a faixa etária de 06 a 15 anos que se inserem os CEC's. No município de Florianópolis os CEC's se constituem em um projeto inserido nas ações socioeducativas da Proteção Social Básica, voltada para crianças e adolescentes, estando alocado na Diretoria de Proteção Social Básica, sob a coordenação da Gerência de Ações Sócio-Pedagógicas. A execução desse serviço tem como

parceiros a Secretaria Municipal de Educação, a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV) e a Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente (APAM) - Costeira do Pirajubaé.

De acordo com o Projeto do Centro de Educação Complementar (1992), a proposta de atendimento do CEC é de propiciar experiências positivas para as crianças, estimulando a expressão, a criatividade, a participação e a integração grupal. Atendem as comunidades circunvizinhas, realizando atividades socioeducativas, nas áreas de: saúde, cultura, esporte, lazer, arte e apoio pedagógico, sendo que cada CEC possui oficinas distintas.

O CEC é a reformulação de um programa que até o ano de 1990 era conhecido como Centro de Bem Estar do Menor (CEBEM) e a partir da consolidação da Lei 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é redimensionado a proposta de ações sócio-pedagógicas. São programas socioeducativos voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, busca desenvolver as potencialidades e capacidades das crianças e dos adolescentes, por meio de oficinas nas áreas de arte, cultura, esporte, recreação e meio ambiente (BALSTER, 2003).

Possui caráter preventivo na comunidade, sendo dirigido para crianças e adolescentes da faixa etária de 06 a 14 anos no período extra-escolar, atuando como jornada ampliada, tendo como critério de admissão a matrícula no ensino formal (a partir da 1º série).

Existem no município nove CEC localizados em diversas comunidades como: CEC-Promorar, CEC-Vila União, CEC-Tapera, CEC-Novo Horizonte, CEC-Costeira, CEC-Chico Mendes, CEC-Monte Verde, CEC-Itacorubi e Criança Fazendo Arte.

A Tabela 4 mostra o número de crianças e adolescentes atendidas pelos CEC durante o ano de 2009.

**Tabela 4 – atendimentos realizados nos CEC's Florianópolis**

| Centros de Educação Complementar (crianças e adolescentes de 06 a 15 anos) | Média de crianças e adolescentes atendidos/ dia | Total de atendimentos/ano |
|--|---|---------------------------|
| CEC Chico Mendes   | 65  | 13.015                    |
| CEC Costeira   | 78  | 15.728                    |
| CEC Itacorubi  | 119   | 23.819                    |
| CEC Monte Verde  | 70  | 14.070                    |
| CEC Novo Horizonte   | 75  | 15.000                    |
| CEC Promorar   | 70  | 14.095                    |
| CEC Tapera   | 96  | 19.196                    |
| CEC Vila União   | 75  | 15.100                    |
| Crianças Fazendo Arte  | 205   | 41.105                    |
| <b>TOTAL</b>   | <b>851</b>                                      | <b>171.126</b>            |

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, (2009).

Como citado anteriormente, o município de Florianópolis possui gestão plena do sistema de Assistência Social, ou seja, executa os serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A Tabela 5 demonstra os níveis de proteção social, as ações que devem ser desenvolvidas para cada nível de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as ações executadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Tabela 5 – Serviços de Proteção Social município de Florianópolis – 2010**

| Nível de proteção social                                   | Ações de acordo com a tipificação  | Ações executadas no município de Florianópolis*   |
|--|--|---|
| Proteção Social Básica                                     | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)  | PAIF  |
|  | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  | - Centro de Educação Complementar – CEC<br>- ProJovem Adolescente<br>- Programa de Apoio aos Grupos de Convivência<br>- Programa de Integração Social<br>- Programa Viver Ativo   |
|  | Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas   | No momento não está sendo executado   |
| Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);   | - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI<br>- Projeto de Atendimento ao Dependente Químico – PROADQ<br>- Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes<br>- Núcleo de Apoio a Família – NAF<br>- Centro de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência<br>- Centro Integrado de Atenção e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa |
|  | Serviço Especializado em Abordagem Social  | Sem conhecimento da existência do serviço   |
|  | Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) | Programa de Acompanhamento a Medidas Sócioeducativas – LA e PSC   |
|  | Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias   | Execução indireta realizada através de entidades conveniadas (Anexo B)  |
|  | Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua  | Programa Abordagem de Rua   |
| Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  | Serviço de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades:<br>- abrigo institucional;<br>- Casa-Lar;<br>- Casa de Passagem;                             | Casa de Passagem<br><br>Casa de Apoio Social ao morador de rua;<br><br>A Casa-lar e abrigo institucional execução indireta realizada por entidades conveniadas.   |



|   |  |
|---|--|
| - Residência Inclusiva.   | (Anexo C)  |
| Serviço de Acolhimento em República;                                      | Sem conhecimento da existência do serviço                                      |
| Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora                              | Não é executado, porém há um projeto de lei tramitando na câmara de vereadores |
| Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências | Sem conhecimento da existência do serviço                                      |

Fonte: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e Prefeitura Municipal de Florianópolis, (2009). <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=home&menu=0>

Como pode-se perceber, muitas ações previstas na Tipificação não são executadas diretamente pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, sendo implementadas através de ONG'S e de parcerias que devem ter seus serviços fiscalizados pelo gestor municipal. Esta divisão dos serviços prestados entre o Estado e outras entidades de Assistência Social sem fins lucrativos já havia sido preconizado na LOAS, onde de acordo com Martins é estabelecido que a “política de Assistência Social será realizada através de conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento as necessidades básicas dos usuários” (MARTINS, 2001, p.87).

Por possuir esta característica de os serviços serem prestados em conjunto visando a ampliação da rede para melhor atendimento do usuário, torna-se necessário identificar a rede socioassistencial municipal, para consolidar um trabalho efetivo voltado para os direitos dos cidadãos e para a garantia de um atendimento as necessidades básicas do usuário.

O Assistente Social, atua frente as políticas sociais e trabalha com a rede socioassistencial para garantir o melhor atendimento aos seus usuários, devendo realizar sempre o estudo da realidade social em que está inserido, buscando conhecer a rede de atendimento que podem lhe dar suporte no seu trabalho profissional.

## 2. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL

Neste capítulo aborda-se a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, sua condição de trabalhador assalariado, bem como o seu projeto profissional e a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social na sua inserção no mercado de trabalho.

### 2.1 O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo: breves apontamentos

O Serviço Social é uma profissão reconhecida como especialização do trabalho, inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista, atua na relação entre o Estado e a sociedade e na produção e reprodução da vida social<sup>6</sup> (IAMAMOTO, 2009). Dispõe de estatuto jurídico reconhecido pela Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 e de um Código de Ética Profissional que estabelece os princípios fundamentais da profissão.

Seu exercício profissional é polarizado pela trama das relações e interesses sociais que fundam a sociedade do capital. Como profissão participa de mecanismos de exploração e dominação e ao mesmo tempo oferece resposta para as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução dos antagonismos dos interesses sociais, ou seja, “participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classe quanto cria as possibilidades de sua transformação” (IAMAMOTO, 2009a, p.12).

Segundo Iamamoto as relações sociais que fundam a sociedade capitalista são fundadoras da questão social, que é considerada como base de especialização do trabalho dos Assistentes Sociais, caracterizada como

(...) o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem sua raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

---

<sup>6</sup> Segundo a IAMAMOTO (1999, p. 115), o Assistente Social ao privilegiar as esferas da produção e reprodução da vida social considera que ambas são determinantes na “constituição das classes que vivem do trabalho”. Não sendo tratada apenas na dimensão econômica, mas também na ótica da reprodução das “relações sociais dos indivíduos, grupos e classes sociais”, relações que envolvem poder, configurando “relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado um expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade”.

A questão social possui um caráter de classe específico, que constitui as relações sociais sob o domínio do capital, onde há uma má distribuição da riqueza socialmente produzida, gerando desigualdade social, necessitando assim de uma maior interferência do Estado, que passa a intervir através das políticas sociais, como mediador de conflitos, administrando as expressões da questão social, de forma fragmentada e parcial (IAMAMOTO, 2008).

De acordo com Iamamoto (2009, p. 28), a questão social por ser desigualdade é também rebeldia, pois os sujeitos envolvidos resistem e se opõe as desigualdades, “é nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os Assistentes Sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade”.

Segundo Iamamoto (2009a, p.5),

Os (as) Assistentes Sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas.

Ou seja, os Assistentes Sociais trabalham com as mais variadas expressões cotidianas da questão social, que por serem cotidianas exigem uma compreensão da realidade em que o profissional está inserido e das mudanças que vem ocorrendo na sociedade.

Conforme Iamamoto (1999, p.113), um dos maiores desafios profissionais dos Assistentes Sociais, encontra-se exatamente no desenvolvimento de capacidades para “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”. O Assistente Social atua frente às desigualdades sociais e possui as políticas sociais como espaço privilegiado para sua atuação profissional.

A sociedade é atravessada por projetos sociais (coletivos) distintos, tendo nos projetos societários a apresentação de “uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”, sendo necessariamente em sociedades como a capitalista, projetos de classe (NETTO, 2006, p.2).

Outro tipo de projeto coletivo são os projetos profissionais, sendo estes relacionados as profissões, reguladas juridicamente e que necessitam de formação profissional teórica e interventiva, geralmente de nível superior (NETTO, 2006).

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2006, p. 4).

Os projetos profissionais pressupõem um acordo entre os seus membros, visto o pluralismo profissional, para a construção de um projeto hegemônico, que possui componentes imperativos (obrigatórios a todos os que exercem a profissão) e indicativos (onde há um consenso mínimo entre os profissionais) (NETTO, 2006).

Nas décadas de 1980 e 1990 o Serviço Social consolida a construção de um novo Projeto Ético-Político Profissional, quebrando com o conservadorismo histórico da profissão, passa a reconhecer a liberdade como valor central, se comprometendo com a autonomia e a emancipação dos sujeitos sociais, se desdobrando na defesa intransigente dos direitos humanos, na recusa do autoritarismo e eliminação de todas as formas de preconceito. (IAMAMOTO, 1999; CFESS, 1993).

Passa a se posicionar politicamente, segundo Netto (2006):

(...) a favor da equidade e justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2006 p. 16).

A partir do novo Projeto Ético-Político Profissional, o Serviço Social passa a ter como matriz teórica a vertente marxista, teoria crítica, e tem seu projeto voltado para a classe trabalhadora visando a consolidação dos direitos sociais, passando a intervir na realidade social, tendo em vista as mudanças ocorridas na sociedade tentando desmistificá-las através da sua totalidade. Segundo Yasbek (2009, p.10),

como matriz teórico metodológica esta teoria aprende o ser social a partir de mediações, ou seja, a natureza do ser social não é percebida em sua imediaticidade. (...) As relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições, que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. (...) Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento

contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista.

A construção de um novo projeto profissional e a consolidação da nova matriz teórica da profissão interfere diretamente na formação acadêmica profissional, havendo também um movimento de reconceituação dos fundamentos teórico-metodológico e das diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social.

O debate sobre os fundamentos da profissão de Serviço Social nessas duas últimas décadas, segundo Iamamoto (2008, p. 236) podem ser situados em três eixos temáticos imbricados:

a) o resgate da historicidade da profissão, seja na reconstrução de sua trajetória na formação histórica da sociedade brasileira, seja na explicitação de suas particularidades históricas de sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho; b) a crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista, introduzindo a polêmica em torno das relações entre história, teoria e método no Serviço Social; c) ênfase na política social pública, no campo das relações entre estado e sociedade civil, com especial atenção para a seguridade social e, nela, para a política de Assistência Social.

Tendo em base as discussões sobre os fundamentos, as diretrizes curriculares da formação profissional de Serviço Social passam a ser estruturadas por três eixos temáticos básicos, que em conjunto orientam as disciplinas dos cursos de graduação: são eles o Núcleo dos Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos das Particularidades da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (IAMAMOTO, 2009).

Os Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social indicam a necessidade de o Assistente Social dominar os fundamentos teórico-metodológico e ético-político profissional para conhecer e decifrar a vida em sociedade, enfim deve-se construir “um acervo de fundamentos temáticos que possa fornecer bases para a compreensão da dinâmica da vida social na sociedade burguesa” (IAMAMOTO, 2009, p.72).

O Núcleo de Fundamentos das Particularidades da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira deve contribuir para que os assistentes sociais consigam compreender a história da sociedade brasileira, construindo elementos que permitem “apreender a produção e reprodução da questão social e as várias faces que assume nessa sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p.72).

Já o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional deve compreender os elementos do Serviço Social como especialização do trabalho, sua história, sua competência ética, teórica, técnica e metodológica, devem capacitar os profissionais para a atuação profissional (IAMAMOTO, 2009).

Como tratado anteriormente os projetos profissionais necessitam de regulamentação, sendo o Serviço Social regulamentado pela Lei nº 8.662/1993. Na sua regulamentação o Serviço Social é tido como uma profissão liberal, dispondo o Assistente Social de relativa autonomia teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política para o seu exercício profissional, embasado nos estatutos legais e éticos da sua profissão (IAMAMOTO, 2008).

No entanto, o exercício é tencionado pela compra e venda da força de trabalho especializado que passa a determinar a autonomia do profissional, ou seja, por mais que sejam caracterizados como profissionais liberais, os Assistentes Sociais não possuem esta tradição na sociedade brasileira, eles vendem sua força de trabalho, são trabalhadores assalariados, empregados de determinadas instituições que delimitam as condições de seu trabalho como jornada de trabalho, salário, índice de produtividade, metas a se cumprir, entre outros. (IAMAMOTO, 2009a).

As exigências impostas por distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõe regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outros), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelece limites e possibilidades á realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO,2009a, p. 32).

O exercício profissional do Assistente Social não foge das determinações sociais. Ao ingressar no mercado de trabalho o profissional vende sua força de trabalho, que possui valor de uso, pois responde a uma necessidade social e valor de troca representado pelo pagamento do salário (IAMAMOTO, 2008).

O significado social do trabalho do Assistente Social se torna complexo, pois deve imprimir o condicionamento que o profissional possui do trabalho coletivo, sendo condizente com o projeto profissional e as exigências que são impostas pelos empregadores que contratam sua força de trabalho, com isso há uma tensão entre o Projeto Político Profissional e a alienação do trabalho assalariado, colocando assim o dilema entre “casualidade e teologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular na análise histórica, estrutura e ação do sujeito”(IAMAMOTO, 2009a, p.32).

O Assistente Social possui relativa autonomia para imprimir a direção de seu exercício profissional, pois tem em sua regulamentação formas de reivindicar judicialmente esta característica. De acordo com Yasbek (2009a, p.11), o Serviço Social possui algumas características presentes nos profissionais liberais como “a singularidade que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um código de ética, orientando suas ações, o caráter não rotineiro do seu trabalho, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção e a regulamentação legal da profissão”.

Por estas características o Assistente Social, além de ter suas atividades delimitadas pela instituição que recortam as expressões da questão social, focalizando-as de acordo com seus interesses, apresentando demandas institucionais para o profissional, também encontram-se condicionados a outro vetor de demandas, as necessidades dos cidadãos. Essas demandas, “que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com o interesse dos usuários dos serviços profissionais”, sendo nesse terreno cheio de contradições que se situa o protagonismo profissional (IAMAMOTO, 2009a, p.33).

Ou seja, no cotidiano profissional de sua prática, os Assistentes Sociais “mantêm dupla vinculação: com as instâncias mandatárias institucionais, que o contratam para realizar o trabalho, mediante assalariamento; e com a população usuária a quem o profissional presta serviço” (YASBEK, 2009a, p.15).

Por estar inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, as condições e relações de trabalho do Assistente Social sofrem impactos de acordo com as mudanças societárias que vem ocorrendo no mundo do trabalho tanto na esfera privada como na estatal.

Os Assistentes Sociais atuam nos mais diversos setores, tanto da esfera pública, como da esfera privada, “os espaços ocupacionais do Assistente Social tem lugar no Estado - nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário -, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais” (IAMAMOTO, 2009a, p.05).

Porém, segundo Iamamoto (1999), o setor público é o maior empregador dos Assistentes Sociais, principalmente nas esferas municipais, na execução direta da administração. Com a reestruturação do Estado os contratos de trabalho vem tornando-se cada mais precários, flexibilizados, ou seja a reestruturação produtiva que vem ocorrendo não atinge somente os usuários do Serviço Social como também os profissionais que estão inseridos no mercado de trabalho.

Segundo Iamamoto (2008), o assistente social ingressa nas instituições, como parte do trabalho coletivo, que implementam as ações institucionais, que assume papel diferenciado nos mais diversos espaços ocupacionais, também estabelece a relação com seu objeto de trabalho, as expressões da questão social, que as instituições determinam o recorte prévio da política, que serão prioridades no atendimento do profissional (IAMAMOTO, 2008, p.421).

Por atuar frente às expressões da questão social, e as mesmas serem diretamente vinculadas as mudanças societárias ocorridas na sociedade capitalista, o espaço ocupacional do Assistente Social tem se ampliado de acordo com as transformações societárias. Conforme Netto (2006, p. 153)

É neste processo que foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, num alargamento da prática profissional, crescente legitimado seja pela produção de conhecimento que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários.

Porém os Assistentes Sociais ainda encontram dificuldades de legitimação profissional nos espaços ocupacionais, seja por falta de produção de conhecimento na área, ou por falta de reconhecimento dos usuários e até mesmo da sistematização da prática profissional, tornando-se necessário debater sobre as competências, atribuições e as ações profissionais de acordo com o Projeto Ético-Político Profissional e a orientação teórico-metodológica da profissão.

## **2.2 A dimensão técnico-operativa e o Serviço Social**

Desde os anos de 1990, a intervenção profissional vem se tornando palco de debates e tomando importância acadêmica na formação profissional. Como tratado anteriormente, o Assistente Social está inserido nos mais diversos espaços ocupacionais, possuindo múltiplas dimensões de seu exercício profissional, tornando-se necessário cada vez mais discutir sobre sua prática profissional, relacionando-a com o Projeto Ético-Político da Profissão.

Segundo Iamamoto (2001 apud MIOTO; LIMA, 2009), para debater as competências e atribuições dos Assistentes Sociais, tem-se que reafirmar que as mesmas não podem se desvincular do movimento histórico da sociedade, devendo ser consideradas o redimensionamento das demandas e atribuições profissionais decorrentes das mudanças na sociedade contemporânea. Ou seja, as atribuições e competências dos profissionais no espaço sócio-ocupacional estão atrelados “aos processos de reestruturação produtiva que envolvem a



desregulamentação do trabalho e a organização dos trabalhadores, bem como estão marcados pelas lutas políticas travadas entre projetos societários antagônicos” (IAMAMOTO, 2001 apud MIOTO; LIMA, 2009, p.25).

Nesse sentido, o trabalho do Assistente Social não depende apenas da sua atuação isolada, mas do conjunto das relações e das condições sociais no qual seu trabalho se realiza (IAMAMOTO, 2009a).

Os Assistentes Sociais desenvolvem suas ações profissionais seja na formulação e execução de políticas públicas, nas diversas áreas sociais como a educação, a saúde, a assistência social, a previdência, a habitação, o meio ambiente, entre outros, sempre movidos pela defesa e ampliação dos direitos dos cidadãos (IAMAMOTO, 2009a).

Segundo Yasbek (2009a, p.15), o Assistente Social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho é demandado como *gestor e executor* de políticas sociais, “no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob diversas perspectivas: da gestão social à prestação de serviços e à ação socioeducativa”.

Deve-se reconhecer que o Assistente Social está inserido em uma diversidade de espaços sócio-ocupacionais, e que seu exercício profissional transita entre ações de natureza distintas, que vão desde formulação até o atendimento direto ao usuário, perpassando pelo planejamento e gestão das políticas sociais, havendo uma necessidade de compreender a complexidade de sua inserção para discutir a dimensão técnico-operativa do Serviço Social (MIOTO, 2000 apud MIOTO; LIMA, 2009).

Sendo assim, torna-se necessário realizar estudos para compreender e desmistificar os espaços de atuação profissional do Assistente Social bem como a sua intervenção profissional, visto que a complexidade das ações dos profissionais está sujeita a um conjunto de fatores altamente variáveis, imprevisíveis e sujeitos a contínuas transformações. Segundo Mioto e Lima (2009),

Pode-se dizer que o processo interventivo não se constrói *a priori*, ao contrário, faz-se no seu próprio trajeto, e essa construção não depende só do Assistente Social, mas também dos outros sujeitos envolvidos, dentre eles, o espaço sócio-ocupacional no qual o profissional está inserido e os destinatários das ações nele desenvolvidas. Dessa forma, as ações se revestem de inúmeras características que dificultam a sua própria apreensão e composição em termos de organização e produção do trabalho e do conhecimento (MIOTO; LIMA, 2009, p. 27).

A atuação profissional do Assistente Social pode ser caracterizada, conforme Yasbek (2009a, p. 13), pelo atendimento as demandas e necessidades sociais de seus usuários, que

podem produzir resultados concretos, tanto nas dimensões materiais, quanto nas dimensões sociais, políticas e culturais da vida da população, viabilizando seu acesso as políticas sociais. Desenvolve ações desde planejamento como abordagens diretas, também pode se caracterizar por uma ação sócio-educativa para as classes subalternas, interferindo diretamente no seu modo de pensar e agir.

A Lei n. 8.662/1993 estabelece nos artigos 4º e 5º as competências e as atribuições privativas dos profissionais dos Assistentes Sociais, entendendo por competências a capacidade de “apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma especialização profissional específica”, enquanto as atribuições são exclusivas e definidas enquanto “matéria, área e unidade de Serviço Social” (IAMAMOTO, 2009a, p.7).

Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL,1993, s/p).

As atribuições privativas dos Assistentes Sociais são:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de

estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. [Art. 5o-A](#). A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010) (BRASIL, 1993, s/p).

O exercício profissional exige que o Assistente Social tenha competência “para propor, negociar com as instituições seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais” (IAMAMOTO, 2009a, p.12).

O Assistente Social lida com situações singulares no seu trabalho cotidiano, vividas por diversos segmentos da sociedade atravessadas por determinações de classe, tornando-se desafiador trabalhar com a vida dos sujeitos singulares, que possuem demandas universais e particulares, concretizando o trânsito entre a esfera das necessidades sociais privadas para a luta dos direitos na cena pública. Segundo IAMAMOTO, isso requer do profissional tanto

competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2009a, p.33).

Tomando como pressuposto os estudos realizados por Miotto e Lima (2009) sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social as autoras traçam três observações sobre o estudo do fazer profissional do Assistente Social.

A *primeira observação* está relacionada ao fato de que o fazer profissional se exprime por fatores externos à profissão, tendo por base as áreas de estudo, (como saúde, assistência social), os usuários (crianças e adolescentes, idosos), os instrumentos técnicos (entrevistas, visitas domiciliares), ou funções tradicionais da profissão (como os estudos socioeconômicos) (MIOTTO; LIMA, 2009).

Segundo as autoras as principais conseqüências em se analisar o fazer profissional por fatores externos, é o fortalecimento da perspectiva por área de atuação, que fragiliza o debate da dimensão técnico-operativa comum a todas as áreas (MIOTTO; LIMA, 2009).

A *segunda observação* feita é de natureza semântica, segundo as autoras os assistentes sociais usam palavras diferentes para delimitar as ações da mesma natureza e denominações iguais para ações de naturezas distintas (MIOTO; LIMA, 2009).

A *terceira observação* é de que há uma tendência em se considerar os fundamentos ou conteúdos da ação profissional como óbvios, onde é

(...) encarada a realização de certas ações como rotina, e acreditando na existência de um consenso sobre elas; por outro lado, a prevalência de certa indistinção relacionadas as ações que, por serem revestidas de mesmo caráter, são realizadas sem as distinções necessárias quando são desenvolvidas em espaços diferentes com objetivos diferentes, para atender demandas diversificadas (MIOTO e LIMA, 2009, p. 30).

### **2.2.1 As ações profissionais em questão**

Focar na dimensão técnico-operativa do Serviço Social necessita da compreensão de que esta dimensão é um espaço em “trânsito entre o projeto profissional e a formulação de respostas inovadoras às demandas que impõem o cotidiano dos assistentes sociais” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 36).

Neste trabalho se adotará a ação profissional, como base para desvelar os processos do fazer profissional, considerando que a ação é a menor unidade de análise, e ao mesmo tempo, condensa todas as dimensões constitutivas do exercício profissional. Entende-se ação profissional, como um “conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente” (LIMA 2004 apud MIOTO; LIMA, 2009, p. 36). Possuem tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e variam de acordo com Projeto Ético-Político e com os fundamentos teórico-metodológicos profissional em um determinado momento (LIMA 2004 apud MIOTO; LIMA, 2009).

A ação profissional é entendida pela ótica da totalidade que significa apreendê-la em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e ético-políticas – que influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais, ao longo do tempo. (IAMAMOTO, 2009, p. 191).

Segundo Mioto e Lima (2009), ao se compreender a ação profissional considera-se a existência de diferentes elementos que lhes dão direção e materialidade, podendo ser: os

*condicionantes*, que se baseia no Projeto Profissional, expressando a matriz ético-política e a matriz teórico-metodológica que norteia a profissão, bem como a natureza dos espaços ocupacionais e as demandas dos usuários; e os *estruturantes* – que dão sustentabilidade à ação profissional, como o “conhecimento/investigação, o planejamento, a documentação, os objetivos, as formas de abordagens dos sujeitos a quem se destinam as ações, os instrumentos técnico-operativos e outros recursos” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 37).

O conhecimento e investigação referem-se aos conhecimentos já obtidos pelo o profissional durante sua formação, em especial os fundamentos teórico-metodológicos da profissão, relacionando-o com a realidade e com o campo sócio-ocupacional que o profissional está inserido, bem como aos usuários para quem a ação se destinará. Esse conhecimento pressupõe uma atitude investigativa do profissional, que permite a compreensão das particularidades dos diferentes campos de atuação profissional, e a definição da ação profissional que melhor responde a demanda posta (MIOTO; LIMA, 2009).

O planejamento permite projetar a ação profissional, a partir do conhecimento da realidade, dos objetivos, da escolha da abordagem e dos instrumentos que serão utilizados, devendo ser coerente com os fundamentos que norteiam o exercício profissional do Serviço Social (MIOTO; LIMA, 2009).

A documentação é essencial no fazer profissional, pois através dela o Assistente Social sistematiza sua prática profissional, obtendo meios para subsidiar seu processo de conhecimento/investigação da realidade, e para elaborar o seu planejamento. Através dos registros os Assistentes Sociais, podem obter dados para análise das demandas institucionais e da realidade que se insere, podendo propor ações criativas para as demandas emergentes, estabelecendo novas prioridades, bem como realizar uma análise da sua atuação profissional (MIOTO; LIMA, 2009).

Os objetivos devem ser traçados para aproximação com a realidade e com os usuários, que se realizará através dos instrumentos técnico-operativos e de seus recursos, também vincula-se aos objetivos a escolha da abordagem que será utilizada podendo ser realizada abordagem de forma individual, grupal ou coletiva, que serão viabilizados pelos instrumentos técnicos da profissão (MIOTO; LIMA, 2009).

Segundo Mioto e Lima o movimento da ação profissional ocorre de forma dialética e fundamenta-se nas três dimensões do Serviço Social, sendo elas as dimensões ética, teórica e técnica.

São considerados: o conhecimento/investigação da realidade na qual se intervém; o planejamento e a documentação do processo de trabalho; os objetivos, as formas de abordagens dos sujeitos a quem se destina a ação; os instrumentos técnico-operativos e outros recursos implicados na ação. (MIOTO; LIMA, 2009, p. 38).

As ações profissionais expressam todas as formulações éticas, técnicas e teóricas da profissão, não podendo ser concebida de forma isolada, permite compreender as ações profissionais articuladas em três eixos, ou processos interventivos, que segundo Lima (2004, p. 3), “garantem subsídios e legitimidade à formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que venham a responder as demandas dos usuários e alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação dos direitos”.

Os três eixos articuladores das ações profissionais são: os processos político organizativos, os processos de planejamento e gestão e processos socioassistenciais, estando eles articulados ao projeto profissional e

(...) por um lado, estão dialeticamente articulados e ancorados na dimensão investigativa. Por outro lado, a sua compreensão depende de mediações teórico instrumentais capazes de dar sustentação às construções teórico metodológicas e ético políticas, subsidiando o trabalho propriamente dito, ou seja, aquele que se realiza através de um leque de possibilidades representadas pelas ações profissionais, o “modus operandi” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 39).

Assim, apresenta-se a discussão realizada por Miotto e Lima (2009) sobre cada um dos eixos de intervenção.

Inicialmente os *Processos Políticos Organizativos* concentram ações que privilegiam e incrementam discussões e as encaminham para a esfera pública. Seu foco principal consiste em “dinamizar e instrumentalizar a participação dos sujeitos, sempre respeitando o potencial político e o tempo dos envolvidos” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 41). São ações de caráter imediato, porém também projetam a médio e longo prazo, uma construção da sociabilidade dos sujeitos, pois se guiam pelos fundamentos de “democratização de espaços coletivos e pela criação de disputa dos espaços societários”.

Nesse eixo são destacadas as ações socioeducativas, com especificidades nos seus objetivos, que intencionam um diálogo problematizador e a coletivização das demandas, bem como a mobilização e a assessoria.

O eixo de *Processos de Gestão e Planejamento* possui suas ações com enfoque no planejamento institucional como instrumento de gestão e gerência das políticas. Suas ações estão ligadas a “(a) à gestão das diversas políticas sociais das instituições e dos serviços

congregadores de tais políticas, e (b) à gestão e ao planejamento de serviços sociais em instituições, programas e empresas” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 41).

Seus objetivos visam à construção de práticas efetivas, de gerir relações intersetoriais, e realizar um planejamento profissional objetivando a sistematização das suas ações profissionais.

Trata-se de ações que os Assistentes Sociais desenvolvem em cargos gerenciais e administrativos, no âmbito das políticas sociais de instituições públicas ou privadas, bem como na gestão e no planejamento do setor de Serviço Social no âmbito das instituições e dos programas, envolvendo a organização de seu ‘fazer profissional’ (MIOTO; LIMA, 2009, p.41).

Nesse âmbito se inserem ações destinadas à gestão das relações interinstitucionais e a criação de protocolos entre serviços, programas e instituições no conjunto das políticas sociais, utilizados de base ao trabalho do Assistente Social e da equipe profissional em que está inserido. Também estão inseridas as ações voltadas para a capacitação de recursos humanos, que visam ampliar a qualidade dos serviços e de sujeitos sociais dando subsídio para que os mesmos possam interferir em instâncias decisórias das políticas públicas; bem como as ações relativas à gestão e avaliação institucional, de serviços e das ações profissionais, sendo relevante a construção de uma base de informações, constituída pela documentação elaborada pelo Assistente Social, sobre o processo interventivo como diário de campo, estudos sociais, relatórios (NOGUEIRA; MIOTO, 2006, p. 12).

O processo de planejamento é necessário para o plano profissional, ultrapassando a visão de um mero instrumento tecnocrático e enfatizando as possibilidades de se realizar uma ação competente (NOGUEIRA; MIOTO, 2006, p. 17)

aponta-se que os processos de planejamento contêm em si componentes técnicos e metodológicos (enquanto métodos e caminhos a percorrer) e atuam como dispositivos que contribuem para imprimir racionalidade às decisões e as ações. Ou seja, dentro de seus componentes técnico-metodológicos, o planejamento exige instrumentos de consolidação das decisões, que são os planos, os programas e os projetos.

Segundo Nogueira e Mioto (2006), o planejamento é construído no campo das relações societárias e institucionais, marcadas por divergências, conflitos e oposições, entre os sujeitos envolvidos, cabendo realizar uma negociação democrática e participativa, para resolver esses impasses, evitando o uso de autoritarismos e comportamentos antiéticos.

Quanto mais democrático for o processo de planejamento, maiores são as chances de executar o que foi planejado e de se evitar conflitos e impasses durante a execução.

No que se refere aos *Processos Socioassistenciais* este conjunto de ações é destinado diretamente para o atendimento aos usuários, a partir de demandas singulares, nos independentes espaços sócio-ocupacionais. Visa atender o usuário como sujeito, buscando responder suas demandas, visando a construção de autonomia do sujeito. Considera-se que integram esse eixo quatro categorias de ação, “as ações de natureza socioterapêutica, socioeducativa, socioemergencial e pericial” (LIMA, 2004, p.3).

As ações socioeducativas consistem “em um movimento de reflexão entre profissionais e usuários que, através da informação e do diálogo, buscam alternativas e resolutividade para a demanda/necessidade do usuário.” (NOGUEIRA; MIOTO, 2006, p. 13).

Segundo Nogueira e Miotto (2006, p. 13),

(...) as ações periciais podem ser definidas como aquelas que têm por objetivo elaborar parecer social ou pareceres técnicos com a finalidade de subsidiar a decisão de determinados órgãos ou profissionais para concessão de equipamentos, benefícios, prestação de serviços e também processos de referência e contra-referência. (...) As ações sócio-emergenciais, visam atender às demandas que se revestem por um caráter de emergências que estão, por sua vez, relacionadas às necessidades básicas e de urgência dos usuários e de suas famílias (cesta básica, serviço funerário, dentre outros). As ações sócio-terapêuticas, tem como objetivo o apoio diante de situações de sofrimento individual e/ou grupal vividas pelos usuários e/ou familiares, particularmente em momentos críticos (mortes, recebimento de diagnósticos, acidentes), bem como a realização ou participação em ações terapêuticas, especialmente vinculadas à área da saúde mental.

Será com base no referencial teórico indicado até o momento que se realizará, na terceira seção deste trabalho, a análise das ações profissionais dos assistentes sociais desenvolvidas nas coordenações dos CEC's, na cidade de Florianópolis.



### **3. A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ESPAÇO DA COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SERVIÇOS SOCIOEDUCATIVOS**

Nesta seção se apresentará a análise e avaliação das informações coletadas por meio das entrevistas semi-estruturadas realizadas com profissionais de Serviço Social que se encontram como coordenadores dos serviços socioeducativos de Assistência Social desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

#### **3.1. A realidade institucional dos serviços socioeducativos**

O município de Florianópolis possui, atualmente, nove CEC's em funcionamento, conforme demonstrou-se na primeira seção deste trabalho. No entanto, destas nove unidades, como espaço ocupacional do Serviço Social, o Assistente Social se insere como coordenador do Serviço em apenas três unidades, pois nas demais os coordenadores são, em sua maioria, profissionais da área da educação como pedagogos.

Com o intuito de alcançar o objetivo central deste estudo que consiste em analisar a atuação profissional do Assistente Social, no espaço de coordenação dos Serviços Socioeducativos de Assistência Social foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as três profissionais de Serviço Social que são coordenadoras do CEC.

Antes de iniciar a exposição e a discussão das informações da pesquisa, cabe informar que todas as profissionais consentiram com a realização das entrevistas, por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e foram informadas que o projeto da pesquisa foi submetido e aprovado pelo CEPESH/UFSC.

Neste sentido na exposição das informações serão utilizadas indicações fictícias para não comprometer o sigilo em relação a identificação dos participantes. Importante informar que as entrevistas foram realizadas entre os dias 04 e 09 de novembro de 2010, respeitando o prazo de tramitação do projeto no CEPESH da UFSC.

Iniciando a exposição das informações, cabe destacar sobre o vínculo empregatício que a Entrevistada I e a Entrevistada II são funcionárias públicas, em regime estatutário da Prefeitura Municipal de Florianópolis. São concursadas como Assistentes Sociais, sendo que

a primeira iniciou suas atividades neste espaço ocupacional há nove anos como Assistente Social, porém a oito anos assumiu também o espaço de coordenação e a Entrevistada II, está no CEC há 15 anos, ingressou como Assistente Social e a 10 anos exerce a função de coordenação. A Entrevistada III é contratada pela AFLOV, por meio de um contrato por tempo indeterminado sendo regida pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Quando questionadas sobre qual o cargo e função que exercem no CEC as Entrevistadas I e III se declararam como coordenadora e Assistente Social e a Entrevistada II se declarou como coordenadora.

Os CEC's são serviços socioeducativos, administrados pela SEMAS do município de Florianópolis, integrando as ações da Proteção Social Básica. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o CEC integra os serviços de convivência fortalecimento de vínculos, direcionados para a faixa etária de 06 à 15 anos.

Segundo as entrevistadas esse serviço socioeducativo pode ser definido como:

*Oportunizar um espaço de convivência socioeducativo dentro da comunidade. É um espaço diferenciado da escola, e da escola integral, pois o CEC tem a visão do social, é um espaço de convivência socioeducativo né, dentro das nossas comunidades e evita que a criança fique em situação de rua. É um espaço de convivência e não fica exposta a rua.*

*É um espaço onde nós instrumentalizamos as crianças para a cidadania plena, auxiliamos na leitura da realidade social (ENTREVISTADA I).*

*Eu defino que a gente não tem muito respaldo, é complicado, o pessoal as vezes não vê o significado do projeto, as pessoas que coordenam na gerência não conhecem o todo, caem de pára-quadras não sabem o que é o serviço socioassistencial, que tem caráter preventivo e acabam direcionado para o caráter curativo, de apagar o fogo, mas teria que ter mais pessoas competentes para tal, no projeto inicial tem a necessidade de uma equipe multidisciplinar, pedagogia, psicólogos e assistentes sociais (ENTREVISTADA II).*

*O objetivo principal é assegurar a atenção global as necessidades dos educandos e para que isso aconteça, muitas ações são necessárias dentro do CEC, por parte da coordenação e dos educadores e funcionários. A característica principal deste trabalho é a integrações e união da equipe pedagógica que não medem esforços para a realização das atividades (ENTREVISTADA III).*

Percebe-se que o caráter preventivo do Serviço torna-se presente nas três entrevistas por mais que de formas distintas. As definições apontadas pelas profissionais possuem características diferentes, sendo abordado por duas das entrevistadas, o caráter pedagógico do Serviço, uma o diferenciando da escola integral, programa desenvolvido pela Secretaria de Educação e a outra trazendo o aspecto pedagógico.

Este fato de se caracterizar tendo por base a escola, deve-se ao fato de que, como já explanado na seção I, o CEC atua como jornada ampliada e suas atividades devem ser desenvolvidas no contraturno escolar, devendo os usuários do Serviço estarem devidamente matriculados no ensino formal.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 10), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinado para a faixa etária de 06 a 15 anos “tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária”.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais não foi citada por nenhuma das entrevistadas, trata-se de um documento recente que organiza os serviços socioassistenciais do SUAS de acordo com cada nível de Proteção Social.

De acordo com o projeto inicial do CEC, na versão do ano de 1996, este deveria ser composto por uma equipe multidisciplinar formada por: 1 coordenador com formação na área social e/ou educação, 1 Assistente Social, 1 Pedagogo, para comporem a supervisão geral do projeto, porém atualmente existe apenas um desses profissionais em cada CEC, sendo que dividem-se entre as atribuições privativas e a função de coordenador (PMF, 1996).

Segundo a Entrevistada II,

*O projeto inicial apresenta a equipe necessária, como é a formulação de turmas, os usuários, o projeto é de 1996 e até hoje não passou por reestruturação. O projeto tá muito bonito, mas na prática não funciona, é o ideal. A gente deixa de fazer muita coisa por falta de pessoal.*

Apenas uma Entrevistada demonstrou conhecimento sobre o projeto inicial do CEC. Durante o processo de pesquisa, foram solicitados documentos para a gerência, visando a construção de um referencial sobre o Serviço embasado na documentação oficial do projeto, porém nenhum documento foi disponibilizado, sendo a pesquisa realizada com a documentação existente no campo de estágio da pesquisadora.

Como pode-se notar na fala de uma das Entrevistadas acima mencionadas, a gerência não oferece muito respaldo para a execução do Serviço, e demonstra desconhecimento sobre as atividades visto que não houve uma atualização para as coordenadoras sobre as mudanças que vem ocorrendo na legislação da política de Assistência Social.

Ainda tratando sobre a relação entre o CEC e a política de Assistência Social duas Entrevistadas trouxeram, no decorrer da entrevista, que a Secretaria de Educação teria interesse em assumir a coordenação geral do Serviço.

*Estamos inseridos na Secretaria de Desenvolvimento Social, mas dentro dessa área não vejo articulação com a política, não sei se estou equivocada. A educação já cogitou a proposta de assumir a coordenação geral dos CEC's, mais acredito que o projeto sairia perdendo, pois se for pra educação teria só a visão da educação perderia esse viés social. É um projeto de Assistência Social, mas se passasse para educação aumentaria os recursos financeiros e matérias, porém em compensação o trabalho desenvolvido sairia perdendo (ENTREVISTADA I).*

*Se fosse pra educação teria mais recursos, mas os objetivos iriam mudar, o essencial é esse social, o problema é que os outros que não tem as coordenadoras [assistentes sociais], as outras coordenadoras podem até ter uma visão social, mas não técnica, daí atuam como curativo, no imediato, é bem fragmentado, pela mudança anual dos professores, não dá de dar a continuidade, tem que se identificar com o projeto senão empurra com a barriga e não da certo. Na escola o professor dá a aula e vai embora, aqui o professor tem mais contato com os usuários tem que se doar mais (ENTREVISTADA II).*

Ambas Entrevistadas levantam a questão de uma possível mudança do Serviço para outra secretaria. Concordam que a mudança do CEC para outra política traria grandes perdas, visto que o viés do Serviço é socioassistencial e não voltado para a educação em si. Esse interesse de outra secretaria em querer coordenar o Serviço demonstra fragilidades quando ao conhecimento da política de Assistência Social. Muitas vezes o Serviço não é visto como realmente parte da política de Assistência Social, sendo confundido como da educação e como continuidade da escola.

Outra questão abordada por ambas foi em relação de que a política de educação teria mais recursos financeiros para desenvolver o Serviço, porém haveria uma reestruturação da visão do mesmo. Talvez isso se deva ao fato da tradição que a política de Assistência Social possui na sociedade, ainda com caráter assistencialista, em que poucos recursos são destinados para a execução da política e ao fato de atualmente, os recursos financeiros da Assistência Social serem voltados na sua maior parte para os serviços de transferência de renda e não para a Proteção Social.

Essa articulação entre as duas secretarias na execução do Serviço existe devido ao fato de que a Secretaria de Educação de município, através de parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, disponibiliza professores para ministrarem as oficinas e fornecem a alimentação dos usuários dos CEC's.

Segundo a PNAS (2004), os serviços de Proteção Social Básica devem ser diretamente articulados com o CRAS e com a rede socioassistencial existente no município.

Segundo as Entrevistadas

*Não, não existe articulação com o CRAS, eles fizeram pra nós uma visita, vieram conversar conosco, mas ficou nisso, não tem nenhuma articulação, é totalmente desvinculado, essa história de trabalho em rede não existe (ENTREVISTADA I).*

*A gente tem boa articulação, com o Peti, com as escolas da comunidade, a gente já ofereceu cursos na comunidade junto com o CRAS, mas não teve demanda, a gente encaminha às vezes pro CRAS. Com a educação temos bom acesso com a escola, trabalhamos com parcerias com os colégios, o projeto mais educação nos disponibiliza oficinas. (ENTREVISTADA II).*

*Se dá de forma tranqüila e profissional. Cada um tem suas rotinas e formas de trabalho. Cada um tem suas limitações e qualidades, como nosso projeto. Em geral a relação é muito boa, na medida em que há respeito profissional umas com as outras (ENTREVISTADA III).*

A articulação em rede tão preconizada no SUAS , ainda está longe de alcançar o ideal. Pelas falas percebe-se que há pouca articulação com a rede e com os demais níveis de Proteção Social, os serviços são disponibilizados cada um na sua estrutura e a rede existente é insuficiente para atender todas as demandas dos usuários. Os CRAS ainda são insuficientes para o porte do município não conseguindo articular com os demais serviços de Proteção Social Básica, ao menos pouco se observa essa articulação entre as falas das Entrevistadas, entre o CRAS e os CEC's.

### **3.2 Apontando as características do trabalho profissional nos CEC'S**

No ano de 2009 foi elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) os parâmetros para a atuação dos Assistentes Sociais na política de Assistência Social. Indica-se aqui uma breve síntese sobre o documento antes de tratar diretamente das funções exercidas pelas Entrevistadas.

O documento trás a contextualização da política de Assistência Social no âmbito da seguridade social, a diferenciação entre Serviço Social e Assistência Social, o trabalho do Assistente Social na Assistência Social bem como o trabalho interdisciplinar na política de Assistência Social e, por fim apresenta a gestão de trabalho no SUAS.

Os parâmetros de atuação abordam que as competências e atribuições dos Assistentes Sociais na política de Assistência Social, de acordo com a Lei de Regulamentação profissional dos Assistentes Sociais, de uma forma geral, requisitam ao profissional competências fundamentais para a compreensão do contexto histórico que se situa a intervenção. Entre estas competências o Assistente Social deve ter a apreensão crítica dos processos de produção e reprodução, fazer a análise do movimento histórico da sociedade, compreender o significado social e o desenvolvimento da profissão, e identificar demandas presentes na sociedade, visando a formulação de respostas profissionais para o enfrentamento da questão social (CFESS, 2009).

Em relação às funções das profissionais Entrevistadas frente a coordenação foi indicado o que segue.

*[Fazem parte das funções]- reunião com funcionários, e com os pais; - visitas domiciliares para as famílias dos usuários; - encaminhamentos e orientações à comunidade para outros serviços; - entrevistas a fim de efetuar a matrícula; - encaminhamentos diversos dos usuários do CEC, para conselho tutelares, CRAS, etc; - contato com as escolas, para fazer as articulações entre o projeto e a educação; - atendimento individual e em grupo, e orientações com as crianças e adolescentes e com os pais; - encaminhamentos a adolescentes que completam 14 anos, para outros programas, esses encaminhamentos quase não ocorrem porque a uma evasão dos adolescentes antes de completarem a idade; - elaboração de projetos; - coordenação; - conversa com as crianças quando as mesmas desobedecem regras; - documentação, emissão de bilhetes e de informativos (ENTREVISTADA I).*

*Minha maior função é ser articulador e mediador das atividades do CEC. - coordenar o planejamento em reunião com os professores e funcionários, chamado como planejamento pedagógico, onde se pode avaliar as ações da instituição, todo ano é elaborado o projeto político pedagógico da instituição, onde traz a programação para o próximo ano, [o projeto atual] foi elaborado por mim e por minha estagiária. (...) - divulgação do projeto na comunidade; - inscrição de interessados, mediante entrevista com pais, com a respectiva seleção das famílias; - atendimento aos pais, individualizados e em grupos, através de reuniões de pais com encaminhamento para recursos comunitários; - visitas domiciliares nas famílias dos educandos quando houver necessidade; - reuniões pedagógicas mensal, onde é realizado o planejamento e estabelecido regras mensais; - atendimento psicossocial individual e/ ou em grupos de educandos e familiares; - registro de todas as atividades desenvolvidas no CEC; - contato e articulação e integração com escolas, unidade local de saúde e demais equipamentos comunitários; - reuniões de coordenadores; - socialização de experiências e conhecimentos com demais projetos; - encaminhamentos e contatos institucionais; -supervisão de estágio; - eventos com a comunidade (ENTREVISTADA II).*

*Visitas domiciliares, recebimento e envio de documentos (CI's, ofício, relatórios, controle de estoque, controle de refeições, relatório anual,*

*solicitações diversas a parceiros de outras instituições, comunicado aos pais, etc); atendimento aos pais de educandos e a comunidade em geral, encaminhamentos a rede socioassistencial, contatos com as escolas dos educandos e projetos ou entidades do bairro MC; elaboração de documentos como o PPP (Projeto Político Pedagógico), dinâmica de grupos com educandos e educadores; preparação de reunião pedagógica e reunião de pais, preparação e organização de eventos no CEC, como ação entre amigos, feiras, ações de voluntariado; matrícula e rematrícula dos alunos, tomada de decisões de ordem interna no âmbito da administração e organização do CEC, levantamento de controle do material didático e de higiene e limpeza, captação de recursos para o projeto (materiais, mobiliários, vestuário, alimentício), acompanhamento pedagógico aos educadores e suporte as ações desenvolvidas pelos mesmos, entrega de documentos específicos da coordenação (solicitação de professor substituto, cessar portaria, encaminhamento a perícia médica, RAF, etc), participação em reuniões, seminários, cursos relacionados ao CEC, a área da educação e do Serviço Social, inscrição do CEC em eventos para que as crianças e adolescentes possam participar, controle de frequência dos usuários do Peti, ações voltadas a administração do CEC adotando as providências necessárias para cada situação, acompanhamento da rotina dos educando durante as refeições, em algumas oficinas ou ficando com os mesmos na ausência de educadores, acompanhamento com educadores e educandos em passeios de estudo e apresentações, registros (ENTREVISTADA III).*

As funções descritas pelas Entrevistadas foram relacionadas a ações profissionais, e muitas vezes a instrumentais técnicos-operativos utilizados na intervenção profissional. Pode-se notar que muitas das funções acima citadas são competências do Serviço Social de acordo com a Lei de Regulamentação da profissão, como a coordenação e a avaliação do Serviço, o atendimento ao usuário, a supervisão de estágio, entre outros.

Observa-se que determinadas funções são citadas pelas três Entrevistadas, como as visitas domiciliares, as reuniões pedagógicas, a elaboração de documentos, projetos, o atendimento aos usuários e de seus familiares, o encaminhamento para outros programas, as ações voltadas para coordenação, a articulação entre os CEC's e as escolas.

Com base no referencial de Miotto e Lima (2009), percebe-se que nesse espaço ocupacional há a ênfase para funções relacionadas com os Processos de Gestão e Planejamento e dos Processos Socioassistenciais.

Sobre as funções acima descritas as Entrevistadas consideram como funções próprias de coordenação:

*A emissão de bilhetes e informativos, pois não tem nada a ver com o Serviço Social, são papéis de coordenação; - reuniões dos funcionários, pois é feito o planejamento das atividades institucionais; já as reuniões de pais considero do Serviço Social; - conversa com as crianças quando as mesmas desobedecem as regras de convivência que existe no CEC, pois nessa função se age como se fosse diretora de escola, que precisa chamar atenção*

*quando regras são desobedecidas, apesar de possuir formação de Serviço Social esta abordagem se dá de outra forma, pois sabemos que por trás do comportamento pode possuir demandas escondidas (ENTREVISTADA I).*

*Avaliação dos professores é da coordenação, é uma situação chata, porque quem somos nós pra avaliar, eu tive licenciatura curta de estudos sociais e tive didática, mas mesmo assim, a parte pedagógica, como eu vou avaliar um pedagogo, só na minha visão, hoje até conheço por causa do tempo, mas às vezes me confundo (ENTREVISTADA II).*

*Articulação e mediação, com os professores, crianças, escolas, comunidade, e os serviços administrativos. O envio de alguns documentos assinados pela coordenação, alguns atendimentos a pais dos educandos em casos graves também precisam da presença da coordenação. Algumas reuniões também são específicas de coordenação, porque são direcionadas ao nosso exercício profissional enquanto coordenadoras (ENTREVISTADA III).*

Para delimitar o que é função específica de coordenação, foram atribuídas funções voltadas para a execução do Serviço, como a emissão de bilhetes informativos e documentos sobre a instituição. Parafraseando o que a Entrevistada II abordou de que as funções exercidas na coordenação do CEC são voltadas para a articulação e a mediação das atividades desenvolvidas, visando a execução do projeto.

Outro ponto específico abordado pelas Entrevistadas se refere ao fato de sua função como coordenadora deve articular o planejamento institucional, que integram os Processos de Gestão e Planejamento no nível da gestão, já trabalhados na seção II.

Novamente aparece a interface do trabalho do Assistente Social com a educação, visto a necessidade de coordenar e avaliar o trabalho desenvolvido por técnicos que vem desta área de atuação, que estão acostumados com uma metodologia de trabalho do âmbito escolar. Esses profissionais quando se inserem num serviço socioeducativo tem que se adaptar a metodologia do mesmo, muitas vezes inserindo a visão escolar neste espaço, como demonstra a Entrevistada I quanto trata que, às vezes, tem que atuar como diretora quando a criança não cumpre as regras e o professor os encaminha para a coordenação.

Das funções exercidas, todas afirmaram existir atribuições exercidas que não consideram como específicas do Assistente Social no espaço de gestão do Serviço como:

*Emissão de bilhetes informativos não tem nada a ver com o Serviço Social. Quando as crianças são encaminhadas para a coordenação, porque desrespeitaram regras, e é realizada uma conversa com elas, não vejo como função da profissão, apesar de reconhecer que por causa da formação temos outra visão, sabemos que por trás do comportamento tem toda uma história familiar e demandas que podem estar escondidas (ENTREVISTADA I).*



*O que não é Serviço Social, substituir professores, fazer orçamento não é nosso é da secretaria, fazer lanches quando falta profissionais, tanta coisa não é do Serviço Social, servir as crianças no almoço (ENTREVISTADA II).*

*[Justifica que] se não fizermos algumas atividades que não são nossas o serviço pára e não pode parar (ENTREVISTADA III).*

O Assistente Social ao se inserir no espaço ocupacional, se insere também nas mudanças que o mundo do trabalho vem sofrendo. Sabe-se que atualmente a lógica que o mercado impõe para o trabalhador é o de caráter polivalente, onde deve-se saber de tudo um pouco, não exercendo apenas funções específicas da profissão, havendo uma precarização do trabalho.

Quando o Assistente Social assume a coordenação do projeto ele passa a ter que articular as duas funções e as exigências contidas neste trabalho. Coordenação de projetos faz parte das competências profissionais dos Assistentes Sociais, porém por estar no âmbito da gestão e da execução do Serviço muitas vezes faz com que o profissional acabe realizando atividades que não fazem parte das funções deste cargo, porém por serem coordenadoras se sentem obrigadas a desenvolver certas atividades, visto que por serem as responsáveis pela instituição e responderem pelo seu funcionamento, não podem deixar que o Serviço pare de funcionar.

Como abordado anteriormente por uma das Entrevistadas, no projeto inicial do CEC, a equipe profissional necessária para a execução do projeto era composta por diversos profissionais, que dariam maior suporte técnico, porém atualmente a equipe se restringe em sua maioria ao coordenador, aos professores responsáveis por ministrar as oficinas e as cozinheiras e auxiliares de serviços gerais. Essa realidade faz com que se tenha uma sobrecarga maior na coordenação, que além das suas atribuições, desenvolve funções que poderiam ser feitas por outros profissionais como um pedagogo, um técnico administrativo, um educador social.

Como aborda Iamamoto (2008), para além dos acordos do contrato de trabalho e do projeto profissional, o cotidiano das ações profissionais é determinado pelas condições e pelas relações sociais que envolvem o trabalho. “Soma-se a isso a interferência dos requisitos de produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas, embora os agentes profissionais possam intervir em razão da sua competência e da força política que dispõe” (IAMAMOTO, 2008, p. 424).

Por possuírem uma grande gama de funções, o trabalho na coordenação se torna dinâmico, pois além das rotinas e das exigências obrigatórias de documentações para a execução dos projetos, o cotidiano do profissional também está submetido as demandas apresentadas pelos usuários.

*Não se tem uma rotina fixa, mas geralmente são mais frequentes as conversas com as crianças, com os pais, entrar em contato com os pais, com as instituições, atender telefone, ir às aulas dar “bronca”, quando estão incomodando, realizar planejamento das ações e orientações aos usuários (ENTREVISTADA I).*

*Todo dia é um dia diferente, não tem rotina, tem questões essenciais, como o planejamento com as crianças do que tem que fazer, nunca estou parada, uma hora é atendimento das crianças, outra hora é o pai que vem, ou atende o telefone, ou os professores nos chamam. Tem um trabalho que a gente programa pro dia, mas não uma rotina, tem a rotina institucional, mas não do nosso trabalho, depende da demanda, do bom senso de não agir impulsivamente (ENTREVISTADA II).*

*A rotina é composta pelas atividades descritas nas funções, mas não é fixa, é determinada pelo calendário escolar e á medida que as demandas vão aparecendo (ENTREVISTADA III).*

Quanto a necessidade de complementar a formação para exercer sua função, foi unânime entre as Entrevistas a necessidade de aprimorar seus conhecimentos na área da educação. Antes de atuarem no CEC as Entrevistadas já tinham outros cursos, a Entrevistada I possui especialização em violência doméstica, a Entrevistada II possui graduação curta em ciências sociais, e a Entrevistada III possui especialização em recursos humanos.

*Dentro do CEC é um espaço relativamente novo pro Serviço Social, só a formação nossa não dá, a gente tem que estar buscando, através de leitura, cursos, estar buscando o conhecimento dentro dessa área. Já cogitei em estar fazendo também curso de pedagogia. Eu acho que assim, tu recebe professor formados na pedagogia, educação física, como é que tu vai conversar, avaliar um relatório que eles te apresentam um plano de trabalho sem ter o mínimo de conhecimento. Como que tu vai avaliar algo que tu não conhece. A prefeitura oferece pra nós coordenadores a formação permanente, todo ano tem reunião sistemática com a educação para estar nos instrumentalizando, é importante porque é outra visão (ENTREVISTADA I).*

*[É necessário] na pedagogia, pra avaliar as atividades, é uma função difícil porque às vezes eles têm tantos argumentos, que o nosso argumento se torna insuficiente. Tem que ter jogo de cintura (ENTREVISTADA II).*

*Sempre participo de reuniões, cursos, leio matérias do Serviço Social na educação, para buscar outras referências (ENTREVISTADA III).*

A área da educação foi citada por todas as Entrevistas como um conhecimento necessário para atuar na coordenação do Serviço, especificamente na pedagogia, visto que coordenam um projeto socioeducativo, onde a maioria dos funcionários possui formação na área da educação, e para avaliar as atividades desenvolvidas pelos mesmos necessita-se de um conhecimento complementar nesta área.

Faleiros (1996) aborda que atualmente vem aumentando o número de especializações, e a complexidade das questões apresentadas no cotidiano e as limitações do conhecimento unilateral, levam as instituições a usarem um enfoque multidisciplinar na intervenção, porém adotando enfoques comuns para fundamentar a ação. Esses pressupostos exigem do profissional, uma definição da sua função e da sua articulação no trabalho, sendo contrário a sua fragmentação e a superposição das intervenções.

A formação profissional para a ação estratégica e tática, aliada a uma profunda compreensão teórica dos pressupostos mais globais por que passa a sociedade, dará aos trabalhadores sociais maior consistência para enfrentar as disputas de poder/saber frente às pressões do processo de gestão do social e das pressões dos próprios usuários (FALEIROS, 1996, p.31).

Observa-se a necessidade de uma equipe multidisciplinar na coordenação do CEC, para realizar um trabalho mais efetivo com os profissionais envolvidos e com os usuários. Como as profissionais exercem a função de coordenação, acabam sendo sobrecarregadas e o atendimento do Serviço Social acaba se precarizando, pois se torna complicado dar conta dos dois trabalhos, tornado-se um grande desafio.

A Entrevistada I mostra que a prefeitura disponibiliza curso de capacitação para os coordenadores através da educação, para contribuir com o conhecimento necessário para atuar com os profissionais da área. Já quanto a Secretaria de Assistência Social, nada se falou sobre capacitações.

Visto que o Serviço compõe a política de Assistência Social, a capacitação dos coordenadores e dos profissionais que nos CEC atuam deveriam ocorrer também através desta secretaria, para que o Serviço não perca o seu objetivo e a sua proposta de atendimento, para que a intervenção nos CEC's tenham enfoques comuns.

Os professores são contratados pela Secretaria de Educação em caráter temporário, sendo assim, há uma grande rotatividade de profissionais nos CEC's, muitos nem conhecem o serviço socioeducativo quando se inserem, por isso é necessário capacitá-los para compreender sobre a realidade em que estão inseridos, bem como capacitá-los na perspectiva da Política de Assistência Social, sobre o espaço sócio-ocupacional e objetivos propostos por

esta política para a realização das atividades. O Assistente Social deve buscar meios de mediar este trabalho e essa relação multidisciplinar.

*Temos que estar sempre buscando essa relação, hoje a profissão já conseguiu respeito dos demais profissionais que atuam no CEC, temos que respeitar todas as áreas de conhecimento, e buscar fazer interlocuções com a nossa. Por exemplo, tem uma criança “problemática”, nós do Serviço Social possuímos outra visão e buscamos compreender a realidade das crianças e da família, antes de fazer julgamentos, esse conhecimento da realidade deve ser interagido com os demais profissionais, ampliando a visão dos mesmos (ENTREVISTADA I).*

*No início a adaptação dos professores a esta realidade é bem complicado, porque caem de pára-quedas no projeto, muitas vezes não gostam, não tem a visão do social, acham que a nossa função é suspender, porque possuem a visão da escola, eu sou contra porque é o que eles querem, daí suspende os pais trabalham e eles vão ficar na rua sozinhos, os professores acham que a gente passa a mão na cabeça, que somos assistencialistas. Mas tem que ter a visão da realidade, do contexto da família, da comunidade, o trabalho com a família é muito importante (ENTREVISTADA II).*

### **3.2.1 Problematizando o espaço do Serviço Social**

Para efetivar a ação profissional os assistentes sociais dispõem de uma gama de instrumentais técnico-operativos, sendo pautados pelos objetivos da intervenção.

Utiliza-se a instrumentalidade como mediação “que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente” (GUERRA, 2000, p. 60). É no campo da mediação que a cultura profissional se localiza, é neste âmbito que os Assistentes Sociais “recolhem e constroem os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação” (GUERRA, 2000, p. 60). Cabe destacar que a dimensão técnico-operativa está diretamente relacionada com as dimensões ético-política e teórico-metodológica da profissão.

Segundo as Entrevistadas os instrumentais mais utilizados são:

*Entrevista, relatório, abordagem individual e em grupo, visitas domiciliares e reuniões (ENTREVISTADA I).*

*A observação, a escuta qualificada, entrevista, reunião, relatório, atendimento de grupos, estudo social, registro, plantão. Todos os atendimentos são registrados nas fichas de matrícula. Às vezes só escuta, às vezes encaminha, em casos de agressão, violência (ENTREVISTADA II).*

*Entrevista, reuniões, relatórios, visitas domiciliares, estudos sócio-econômicos, encaminhamentos, atendimentos individualizados de grupos e à comunidade, registro (ENTREVISTADA III).*

A seguir, se realizará uma breve análise sobre os instrumentais citados pela maioria das Entrevistadas buscando problematizá-los de acordo com a sua utilização no espaço ocupacional do CEC. Os instrumentais devem ser problematizados de acordo com o projeto profissional.

A entrevista é um dos instrumentais mais utilizados pelos Assistentes Sociais. No espaço ocupacional do CEC pode ser utilizada no ato da inscrição, na realização de um estudo sócio-econômico com a finalidade de conhecer sobre a realidade da família e na realização de visitas domiciliares. Na realização da entrevista, como instrumental do profissional, deve-se segundo Cardoso:

Estar preparado tecnicamente para aproveitar este contato humano, desenvolver uma observação sensível e um movimento de querer saber, aqui compreendido como: o movimento de querer saber não quer dizer eu quero saber tudo da sua vida, é diferente, é estar interessado no que o outro tem a dizer (CARDOSO, 2008, p.41).

Com este instrumental o Assistente Social pode desvelar a realidade do usuário e detectar expressões da questão social presentes no seu cotidiano.

Durante as entrevistas deve-se realizar a observação para que se consiga desvelar o que a pessoa fala, seja num gesto, numa expressão, pois muitas vezes durante a entrevista pode-se adentrar em assuntos que o usuário não tenha boas recordações.

A observação também pode ser utilizada nos CEC's, no decorrer das atividades desenvolvidas. De acordo com Sarmento

Em uma perspectiva crítica, afirmamos que não basta olhar, é preciso ver fundo. Não é apenas especular, é decodificar, é compreender as inter-relações causais. É ver fundo o singular sem desprezar o geral, é aproximar-se da realidade observada para ver o aparente, identificando-o e, ser capaz de ver além do que se apresenta no imediato, do que é dado ao observador, mediante o movimento do abstrato ao concreto (SARMENTO, 2005, p.24).

Outro instrumental utilizado no cotidiano de trabalho dos CEC's são as reuniões. Este instrumental é utilizado principalmente com dois intuitos diferentes, um para reuniões de pais e outra para as reuniões pedagógicas envolvendo a equipe de trabalho.

As reuniões de pais são utilizadas geralmente para repassar informações sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido, para proporcionar um momento de participação das decisões das atividades que serão desenvolvidos com seus filhos, além de levantar demandas para possíveis projetos. Tendo a reunião como um instrumento técnico-operativo este pode ser utilizado, conforme VIEIRA para

(...) informar os membros sobre assuntos que os interessam ou relacionados com a sua situação social-problema; obter dos membros informações que permitem elaborar o diagnóstico do grupo ou da comunidade; realizar atividades em comum, relacionadas aos interesses coletivos dos membros, do grupo como um todo ou da comunidade; aplicar a intervenção para o desenvolvimento social do grupo e de seus membros (VIEIRA, 1979 apud SARMENTO, 2005, p. 37).

As reuniões pedagógicas e de equipe são realizadas para desenvolver um planejamento da instituição. De acordo com Magalhães esse tipo de reunião pode ser considerado um instrumento técnico, utilizado com o objetivo de solucionar problemas, discutir casos, redimensionar o trabalho realizado, avaliar atividades ou simplesmente estudar (MAGALHÃES, 2006, p. 53).

Ainda de acordo com a autora essas reuniões assumem importante papel na superação das tramas do cotidiano profissional, pois abrem espaço para a reflexão, para a discussão dos atendimentos realizados e para o estudo de temas relacionados ao trabalho que está sendo desenvolvido (MAGALHÃES, 2006).

As visitas domiciliares são utilizadas de acordo com a necessidade de conhecer a realidade familiar, obter informações sobre o cotidiano, devendo ser realizadas de acordo com a demanda observada pelo Assistente Social e de acordo com as demandas trazidas nas reuniões pedagógicas e de pais.

O objetivo da visita é clarificar situações, considerar o caso na particularidade de seu contexto sócio cultural e de relações sociais. (...) Visita-se com o objetivo de complementar dados, observar relações na sua singularidade, no ambiente de convivência, seja este no lar, na escola ou outro espaço em que se efetivem as relações sociais do usuário (MAGALHÃES, 2006, p. 54).

Atendimentos e encaminhamentos das crianças e adolescentes e de suas famílias, da comunidade e aos funcionários que procurarem o Serviço Social da instituição, são realizados cotidianamente pelo assistente social. Nos atendimentos e através dos encaminhamentos, o profissional tem a possibilidade de estar repassando informação. Esses espaços podem ser

utilizados para a transferência de conhecimento, por isso os encaminhamentos devem ser feitos a partir de informações corretas. Através do atendimento e do repasse de informações o profissional pode ampliar a leitura crítica da realidade, trabalhar para a consolidação da emancipação e da cidadania do usuário.

#### Segundo Sarmento

Para aprender a informação, como um potencializador valioso em nossas ações, ela precisa ser concebida como um instrumento que organiza e veicula informações de interesse da população e do assistente social (...). A veiculação é condição instrumental que amplia as possibilidades de leitura crítica da realidade, subsidia a reflexão, decisão e ação (SARMENTO, 2005 p.29).

#### Ainda segundo o autor

Informar não é, e não pode ser simplesmente o ato de relatar ou descrever fatos e dados, mais do que isso é relacionar e interpretar diversos fatos buscando a compreensão dos fenômenos. Que no âmbito do uso da linguagem realiza-se através de alguns mecanismos como nivelção (valor nos detalhes), acentuação (colocar em relevância os dados mais importantes); assimilação (reordenamento de dados já apresentados); sentido (explicar sem deformar); e terminologia (técnica, institucional e popular (SARMENTO, 2005, p. 29).

Pode se compreender que através do repasse de informações, dos encaminhamentos e dos atendimentos pode-se ampliar a leitura crítica da realidade, trabalhar para a consolidação da emancipação e da cidadania do usuário são instrumentos valiosos para a prática profissional do Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional, devendo sempre passar pelo processo de reflexão e sistematização das informações repassadas.

Outro instrumental técnico citado pelas Entrevistadas foi a **elaboração de documentos (relatórios, relatos, estudo social, comunicação interna)**, que são de extrema importância para a sistematização da prática profissional. Através da escrita desenvolve-se um processo avaliativo sobre o trabalho profissional, podendo ser utilizado como um momento de reflexão da prática. Por meio da sistematização não se deixa que ações caiam no esquecimento e serve de aparato para a consolidação da profissão no espaço sócio-ocupacional, além de auxiliar na não burocratização das ações desenvolvidas.

Para atuar neste espaço ocupacional de coordenação sem perder de vista sua identidade profissional de Assistente Social há uma demanda de exigências das profissionais. As principais citadas pelas Entrevistadas foram:

*Buscar conhecimentos na área de educação, primeira vez que eu vejo o Serviço Social debater sobre essa área, estar buscando o que tem de novo, buscar especializações para não descaracterizar o Serviço Social, pois as vezes podemos estar fazendo o que não é do Serviço Social, e é muito importante neste área pois temos uma visão que os demais profissionais não tem (ENTREVISTADA I).*

*O jogo de cintura, eu sou coordenadora, não vou fazer isso, mas tem que fazer mesmo não sendo do Serviço Social (ENTREVISTADA II).*

*Especialmente os relatórios, reuniões, visitas e encaminhamentos (ENTREVISTADA III).*

Para as Entrevistadas I e II a principal exigência se deve ao fato do coordenador necessitar coordenar e avaliar os profissionais da área da educação, tornando-se necessário um jogo de cintura para fazer determinadas articulações. E pelo profissional estar em um espaço onde há, interface entre as políticas de educação e Assistência Social, sendo a área da educação pouco explorada pelo Serviço Social, o que torna necessária a capacitação permanente para não descaracterizar a intervenção da profissão. Já a Entrevistada III trás como principais exigências os instrumentais utilizados neste espaço.

Esse espaço ocupacional propicia para os profissionais possibilidades e desafios para a sua atuação. As entrevistadas apresentam como desafios para o Serviço Social, a articulação com a rede socioassistencial, a articulação com o CRAS, a dificuldade em se medir o trabalho na imediaticidade, pois ele é um processo, a mediação com os professores que desconhecem o intuito do Serviço, no período de adaptação no espaço ocupacional.

*É uma área nova de intervenção, pouco explorada no Serviço Social. (...) Eu sei a importância do CRAS, mas com a criação do CRAS, a prefeitura restringiu nossa atuação, hoje o CRAS que deve realizar os atendimentos a comunidade sendo podado os CEC's fazer os relatórios, as decisões vem de cima. Não existe articulação como CRAS, eles até nos visitaram uma vez, mas realizam trabalhos separados, também não vejo articulação com os demais níveis de proteção do SUAS (ENTREVISTADA I).*

*Todo dia é um dia, trabalhar no CEC é um grande desafio eu sempre falo pro professor aqui é uma escola de vida, educacionalmente, profissionalmente, socialmente, tu cresce, tem que gostar do que faz. (...). Não existe rede de atendimento, não tem como saber onde as pessoas tão, se tão no Bolsa Família, ou em outro programa. O problema é pra onde encaminhar as pessoas, a rede não funciona, daí tu encontra o local, mas não tem vale transporte pra pessoa chegar lá, acho que a rede deve ser dentro da comunidade (ENTREVISTADA II).*

*Os desafios é conscientizar e mostrar aos educadores que os educando são resultado de um processo histórico, social, psicológico e sujeitos ativos em nossa sociedade. É preciso compreender o contexto que este educando está*



*inserido. Assim também como todos nós, funcionários, educadores e coordenação (ENTREVISTADA III).*

A articulação com a rede socioassistencial, mostrou-se um grande desafio para o trabalho do Assistente Social, a articulação entre os programas ocorre minimamente e cabe ao profissional estar realizando um mapeamento dos locais onde a rede se encontra. Outro grande problema encontrado é que muitas vezes existe um programa que atende a demanda que o usuário necessita, porém não fica próximo da comunidade e não é disponibilizado meios para que o usuário acesse a rede.

Kern (2006), em seu estudo sobre a rede de atendimento como estratégia para a operacionalização do SUAS, aborda que para a efetivação do trabalho em rede, são necessários alguns pressupostos:

o conhecimento por parte da instância coordenadora da rede com relação à natureza institucional e à disponibilidade na efetivação de um trabalho em redes no atendimento à área específica; proposição de ações de capacitação e treinamento com relação ao trabalho em redes (...); levantamento de recursos para a composição de uma rede social de apoio, da qual o sujeito possa usufruir, concomitantemente ao trabalho de acompanhamento social; planejamento de ações: atendimentos, encaminhamentos, endereços entre outros (KERN, 2006, P. 72).

A rede socioassistencial a qual os CEC's deveriam estar diretamente articulados, no caso os CRAS, ainda são insuficientes para a quantidade de demanda e por mais que sejam divididos por áreas, ainda há uma grande distância entre a comunidade e os CRAS.

Essa falta de articulação e de conhecimento sobre para onde encaminhar, se deve ao fato de que não há capacitações para os coordenadores conhecerem a rede de atendimentos, cabendo aos mesmos buscarem por sua conta. Compreende-se que o trabalho em rede é uma importante estratégia metodológica para a atuação do assistente social, porém por causa do cotidiano do trabalho, falta disponibilidade em estar mapeando a rede.

A sobrecarga nas funções acaba se tornando um grande desafio para os profissionais, que tem que articular as funções de atendimento direto e coordenação, muitas vezes acarretando na diminuição do atendimento direto ao usuário e no desenvolvimento de um trabalho efetivo com a comunidade. O trabalho do Assistente Social é importante neste espaço, porém se torna sobrecarregado havendo a necessidade da inserção de um profissional para atender as demandas dos usuários ou a ampliação da coordenação composta por uma equipe multidisciplinar.

Outro grande desafio que foi abordado durante as entrevistas foi o fato do Serviço ser da política de Assistência Social e muitos profissionais que se inserem neste espaço com educadores, não possuem conhecimento sobre esta política, onde não são oferecidos capacitações por parte da Secretaria de Assistência Social, para atuar neste espaço. Isso se torna um grande desafio para o profissional que tem que mediar esse conhecimento, buscando capacitá-los. Este trabalho multidisciplinar também tem seu lado positivo, pois tem a articulação dos conhecimentos vindos de áreas diferentes.

Se o profissional (coordenador), não estiver bem preparado para atuar na política de Assistência Social, o Serviço pode perder sua identidade tendendo a ter uma visão mais educacional do que assistencial.

No espaço ocupacional do CEC o Assistente Social tem a possibilidade de consolidar, através de ações socioeducativas, o que os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social delimitam, desde o reconhecimento da liberdade, a recusa do arbítrio e do autoritarismo, o dever de ampliar a democracia e a cidadania, o posicionamento em favor da equidade e da justiça social e através da prática reflexiva com os usuários estar eliminando formas de preconceito, ampliando e consolidando a cidadania, lutando pela equidade e pela justiça social.

O Assistente Social por possuir uma visão crítica da realidade, encontra possibilidades de intervenção nesta área, observando nas entrelinhas expressões da questão social presentes no cotidiano do usuário, podendo desenvolver um trabalho mais efetivo.

*As possibilidades são grandes pela visão que temos, podemos fazer um trabalho diferente, pois se a criança está tendo dificuldades na área pedagógica, nós conseguimos observar que pode ter uma expressão da questão social por trás é um desafio muito grande, porém se fizer um bom trabalho a gente consegue (ENTREVISTADA I).*

*Nós não vamos mudar o mundo mais se conseguimos contribuir com um, mostrando pra ele a noção de cidadania, aumentando a auto-estima, o trabalho é a médio e a longo prazo, tem que ir fazendo. Como estou a muito tempo no CEC, dá de acompanhar a história da criança, há a possibilidade em estar construindo com as crianças, no decorrer da sua trajetória no CEC.*

*(...) Não somos igual a escola formal temos mais uma certa liberdade em fazer em não seguir a risca o planejamento, o projeto é mais dinâmico, se uma coisa não deu certo, podemos adequar, tem que ser na base da negociação pois cada um tem a sua visão e tem que pensar nos usuários, os professores não vem o social junto, só vem a matéria, o deveres, só vem evolução didática e não social, tem que fazer um planejamento tendo em vista o que as crianças querem, tem que ser negociados com elas (ENTREVISTADA II).*

*A interlocução com a área da educação e a realização de um trabalho interdisciplinar (ENTREVISTADA III).*

O CEC, como espaço de intervenção, possibilita ao Assistente Social realizar um planejamento sobre suas ações com certa autonomia profissional e oferece a possibilidade de consolidar os princípios do Código de Ética, e a matriz teórica da profissão, visando utilizar de aparatos democráticos no planejamento, respeitando os saberes das outras áreas, porém pensando sempre no melhor para o usuário.

O Assistente Social é muito importante nesse espaço ocupacional, pois possui uma visão sobre a realidade social necessárias para a efetivação dos pressupostos do Serviço, que possui caráter preventivo. É um espaço ocupacional que visa a convivência e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo o Assistente Social um profissional preparado tecnicamente para atuar nesta mediação. O profissional possui competência técnica para estar garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes, trabalhar com a noção de cidadania e democracia com os usuários, bem como extinguindo formas de pré-conceitos.

*Gostaria de reforçar a importância do Serviço Social nesta área, pois temos o conhecimento da violação dos direitos da criança, dar os encaminhamentos, seja pro conselho, ou pra outro órgão de proteção, esta visão este conhecimento é importante em estar trabalhando esta violação de direitos, que por outro profissional poderia ficar batido. Nós conseguimos perceber quando as coisas não estão legais, na escola eles já vão taxando como problemática, e nós sentamos conversamos (ENTREVISTADA I).*

*O bom seria se pudesse fazer um trabalho efetivo com as famílias, pois o trabalho de rede que não tem. É bem rico o trabalho do Serviço Social, to sempre me reciclando, acho muito importante o estagiário pra essa função, vejo o Serviço Social diretamente articulado com a coordenação. Se não for uma assistente social coordenadora do CEC, tem que ao menos ter uma assistente social na equipe, pois tem o caráter preventivo do projeto, não pode deixar de lado a visão do social (ENTREVISTADA II).*

*A importância do profissional de Serviço Social atuar na coordenação dos CEC's uma vez que sua formação permite um olhar especial e amplo sobre o público alvo. Nossa profissão se faz importante em todo local de trabalho, pois buscamos a garantia de direito de todos os cidadãos (ENTREVISTADA III).*

Compreender a ação profissional do Assistente Social em seus espaços de atuação é uma atividade complexa. O Assistente Social inserido como coordenador dos CEC's, enfrentam grandes desafios na interlocução da política de Assistência Social e da política de educação.

O Assistente Social nesse espaço ocupacional é importante, pois possui uma visão de totalidade ao compreender a realidade das famílias, da comunidade e da escola, podendo desenvolver um trabalho em conjunto para a construção histórica dos nossos usuários, além de possuir um Projeto Ético-Político que vai de encontro ao projeto político pedagógico dos CEC's.

O Assistente Social neste espaço ocupacional atua principalmente nos Processos de Gestão e Planejamento, onde tem como função coordenar o Serviço e realizar o planejamento institucional do espaço ocupacional em que está inserido. E nos Processos Socioassistenciais, que são voltados para o atendimento direto do usuário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social é uma atividade árdua, visto a complexidade da inserção e da atuação profissional dos Assistentes Sociais nos mais diversos espaços ocupacionais. Os Assistentes Sociais possuem sua prática diretamente relacionada com as mudanças societárias, estando interligado com as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e das políticas sociais, considerada como espaço privilegiado de atuação profissional. Além disso, seu fazer profissional também sofre influências das demandas dos seus usuários.

A Política de Assistência Social, sempre esteve presente como espaço de atuação profissional dos Assistentes Sociais. Nas últimas décadas, esta política vem passando por um processo de reestruturação, onde com o advento da Constituição Federal de 1988 e da LOAS (1993), passa a ser considerada como uma política pública, sendo direito de todas que dela necessitar e dever do Estado prover sua implementação.

Após muitas lutas e mobilização social, o SUAS consegue se consolidar através da PNAS e da NOB/SUAS, que passam a construir a Assistência Social através de uma rede de Proteção Social, sendo a mesma dividida em Proteção Social Básica e Especial. Neste trabalho deu-se ênfase a Proteção Social Básica, eixo onde os entrevistados estão inseridos.

No ano de 2009, é publicado a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, documento este que delimita os serviços que devem ser prestados pela rede de Proteção Social de acordo com a sua especificidade.

Os CEC's passam a integrar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para a faixa etária de 06 á 15 anos. Porém durante as entrevistas notou-se o desconhecimento sobre o documento. Percebe-se que a Política de Assistência Social vem se consolidando na sociedade, porém ainda encontra dificuldades em ser implementada por completo, visto suas recentes atualizações, tornando-se necessário a realização de capacitações permanentes dos profissionais que se inserem neste espaço ocupacional.

Os Assistentes Sociais se inserem nos mais diversos espaços ocupacionais, porém para este trabalho se delimitou o espaço de atuação nos CEC's onde se inserem como coordenadores do serviço.

O trabalho que tinha como objetivo central analisar a atuação profissional do Assistente Social no espaço de coordenação dos Serviços Socioeducativos de Assistência

Social, analisou também os instrumentais técnico-operativos utilizados na prática profissional e as possibilidades e desafios desse espaço sócio-ocupacional.

Considera-se que os objetivos traçados foram alcançados, através das reflexões sobre as entrevistas dos Assistentes Sociais que atuam no CEC. Através das entrevistas conseguiu-se ter a dimensão de como os profissionais apreendem a realidade institucional, os desafios e possibilidades deste espaço, bem como os instrumentais técnicos utilizados e a sua importância nesta área de atuação.

Entende-se que a inserção do Assistente Social como trabalhador assalariado está repleta de complexidades, e que o mercado passa a determinar limites para a sua atuação profissional.

Um dos grandes desafios observados nas reflexões é a interface entre a Política de Assistência Social e a Política de Educação. Onde o profissional necessita fazer a mediação entre as duas áreas de conhecimento, visto o serviço é de assistência social e a maioria de seus profissionais advém da área da educação, com pouco conhecimento sobre a realidade dos serviços socioeducativos.

O Assistente Social como profissional que busca desmistificar a realidade, tem que mediar essa relação sem perder o foco de onde o serviço está inserido, para que o mesmo não perca a sua identidade quanto aos seus objetivos. Esta interface deixou indagações de como ocorre esta mediação nos demais CEC's que não possuem o profissional de Serviço Social na sua equipe técnica.

Como já abordado o projeto inicial dos CEC's apresentava a necessidade de uma equipe técnica multidisciplinar no âmbito da coordenação para a efetivação do serviço, porém isso não ocorre e os profissionais que estão a frente da coordenação, como é o caso dos Assistentes Sociais, acabam exercendo dupla função, o atendimento direto aos usuários e suas famílias e a coordenação do serviço.

Pode-se perceber que essa sobrecarga de atribuições faz com que haja uma precarização do trabalho dos Assistentes Sociais, visto que precisam delimitar prioridades para a intervenção, sendo assim o trabalho efetivo que os profissionais gostariam de realizar, com as famílias e com a comunidade se torna inviável, visto que precisam dar conta das exigências institucionais.

Outro grande desafio imposto ao profissional, é conseguir consolidar o trabalho em rede, preconizado pelo SUAS. O conhecimento sobre a rede socioassistencial ainda é pouco e o profissional se vê em uma situação de para onde encaminhar e com quais recursos. Os

CRAS que deveriam estar diretamente articulados com os CEC's se encontram distantes, havendo pouco contato entre o trabalho desenvolvido nos serviços.

Por estar inserido como coordenador, o Assistente Social também se vê realizando atribuições que não são suas, mas por falta de profissionais os mesmos têm que desenvolver.

As possibilidades de atuação neste espaço ocupacional são relevantes para a profissão, pois neste espaço podem desenvolver, através de atividades socioeducativas, uma reflexão com os usuários, preconizando o que estabelece os princípios da profissão, como a liberdade, a construção da cidadania e da democracia.

Uma reflexão sobre os instrumentais técnicos utilizados demonstrou como estes aparatos são fundamentais para o exercício profissional e como a reflexão sobre os mesmos torna-se importante, para que eles sejam utilizados tendo como suporte o viés ético-político e teórico-metodológico da profissão.

Neste estudo usou-se como referencial teórico os estudos realizados por Miotto e Lima (2009), sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, em que a intervenção profissional é dividida em três processos interventivos interligados entre si. Sendo eles: o processo político organizativo, o processo de gestão e planejamento e os processos socioassistenciais.

Nota-se que os processos de gestão e planejamento são mais utilizados no âmbito do trabalho profissional dos Assistentes Sociais na coordenação dos serviços socioeducativos, visto a sua posição de coordenador. O Assistente Social neste espaço é responsável pelo planejamento institucional, onde precisa fazer a mediação com as demais áreas de conhecimento e demais políticas sociais visando o atendimento das demandas dos usuários que atende e também é responsável pelo planejamento de seu fazer profissional.

Os processos socioassistenciais também são encontrados no cotidiano profissional neste espaço ocupacional, principalmente no que se refere as ações socioeducativas. Porém os processos político organizativos pouco são executados neste espaço, pois os profissionais possuem diversas atribuições e esse eixo acaba sendo deixado de lado por falta de tempo para desenvolver.

A inserção do Assistente Social se demonstrou importante neste espaço ocupacional, tornando-se necessário sua inserção nos demais CEC's. O Assistente Social compreende a realidade em que os usuários estão inseridos e pode desenvolver ações que vão de encontro com os objetivos do Serviço, sua inserção contribui para que o Serviço não perca o viés proposto pela Política de Assistência Social de caráter preventivo e se torne um espaço educacional paliativo.

A construção de um trabalho de conclusão de curso é muito gratificante, pois pode-se sistematizar todas as indagações que foram apreendidas durante a graduação, principalmente no período de estágio. Pode-se consolidar o conhecimento adquirido durante a formação profissional.

Este contato com a pesquisa, neste espaço ocupacional de atuação, ainda deixam lacunas para a compreensão da realidade institucional. Deixa-se como sugestão para pesquisas posteriores a realização de um estudo sobre a interface entre a Política de Assistência Social e a Política de Educação na implementação dos serviços socioeducativos da Política de Assistência Social. Além de um estudo sobre a realidade dos demais CEC's que não possuem o profissional Assistente Social no seu quadro funcional, visando concretizar a importância do conhecimento da intervenção neste espaço ocupacional.



## REFERÊNCIAS

BALSTER, Silvania Pinto. **Compreendendo as estratégias de sobrevivência das famílias atendidas pelo Centro de Educação complementar da Costeira do Pirajubaé/Florianópolis**. Florianópolis, Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 41ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e teorias de base no processo de Intervenção Social**. São Paulo: LCTE Editora, 2008. p. 23–103.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004. p. 139-182.

\_\_\_\_\_, Berenice Rojas. A Assistência Social como política pública: do sistema descentralizado e participativo ao Sistema Único da Assistência Social- SUAS. In: MENDES, Jussara Maria Rosa et al (org.). **Capacitação sobre a PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 26 – 37.

\_\_\_\_\_, Berenice Rojas e SILVA Marta Borba. A política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. IN: MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C. e AGUINSKY, Beatriz G. **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implementação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 31- 43

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In **Serviço Social e Sociedade** nº 50. São Paulo: Cortez, 1996. p. 9- 39.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Mod. 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Brasília: UNB/CEAD, 2000. p.53 - 63

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. MÓDULO 01: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p.112-128

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

KERN, Francisco Arseli. A rede como estratégia metodológica de operacionalização do SUAS. In: MENDES, Jussara Maria Rosa et al (org.). **Capacitação sobre a PNAS e SUAS**: no caminho da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS , 2006. p.63-73.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A intervenção profissional do Serviço Social: Propondo o debate sobre ações sócio-educativas**. Anais do IX ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Porto Alegre, 2004.

MADEIRA, Kátia Regina. **As Conferências Municipais de Assistência Social de Florianópolis como instrumento de planejamento da política de Assistência Social em âmbito local**. Disponível em: <[www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=159806](http://www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=159806)>. Acesso em: 25/08/2010.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2006.

MARTINS, Valdete de Barros. Implantação da Política Pública de Assistência Social: desafios sob a ótica do gestor. In: ABONG / CFESS/ CNTSS/CUT. **Política de Assistência Social – uma trajetória de avanços e desafios**. Cadernos ABONG, nº 30, novembro de 2001. p. 76 - 90

MDS. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_. **Capacitação para controle social nos municípios:** Assistência Social e programa Bolsa Família. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

\_\_\_\_\_. **Centro de Referência de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2010a. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>> Acesso em: 27/08/2010

MINAYO, MC. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M.C. **Trabalho de campo:** contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo MCS (organizadora), Deslandes S F, Gomes Romeu. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 61- 77.

MIOTO, R. C. T. e LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **In: Revista Textos e Contextos** v 8 n° 1. Porto Alegre, 2009. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/5673/4126>> Acesso em: 18/09/2010.

MOTA, Ana Elizabeth. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabeth (org). **O Mito da Assistência Social:** Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade, 3ª Ed. São Paulo : Cortez, 2009. p.133-146

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social In: Mota, A. Elisabete et al(orgs). **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, OPAS OMS, Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:  
<[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm). > Acesso em: 01/11/2010

NOB/SUAS. **Norma Operacional Básica /Sistema Único de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2005.

NOGUEIRA, V. M. R; MIOTO, R. C. T. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. MOTA, A. E. et al. (Org) **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: OPAS, OMS, MS, Cortez Editora, 2006.  
<[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm). > Acesso em: 01/11/2010.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José. **Assistência social: do discurso do estado à prática do Serviço Social**. 2º ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

PAIVA, Beatriz Augusto. Assistência Social e políticas sociais no Brasil: configuração histórica, contradições e perspectivas. In: **Revista Katálysis**, nº 4. Florianópolis, 1999. p. 11-34.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: editora Thesaurus, 1996.

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projeto Centro de Educação Complementar**, Florianópolis, 1992.

\_\_\_\_\_. **Projeto Inicial Centro de Educação Complementar**, Florianópolis, 1996.

\_\_\_\_\_. **Perfil municipal** – Florianópolis. Disponível em: <[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05\\_11\\_2009\\_13.00.43.d53d27cbe464ff1805a76dbb96e1cf6c.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_11_2009_13.00.43.d53d27cbe464ff1805a76dbb96e1cf6c.pdf)>. Acesso em 26/08/2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual – 2009**. Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Florianópolis, 2009. Disponível em: <[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/10\\_08\\_2010\\_18.37.22.d5cd46e0894c173ed0f47ca6ca5abadf.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/10_08_2010_18.37.22.d5cd46e0894c173ed0f47ca6ca5abadf.pdf)>. Acesso em: 26/08/2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A Política Social na ordem brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Rediscutindo os instrumentos e as técnicas em serviço social. IN: **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA**. Belém: ED Amazônia, 2005. p. 6-47

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Previdência Social: um direito a ser conquistado**. Brasília: Editora Agnus, 1977, p.31-60.

SPOSATI, Aldaíza. O Primeiro ano do SUAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 87. São Paulo: Cortez, 2006. p. 96 -122.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabeth (org). **O Mito da Assistência Social**: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade, 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.147-179.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2009.

YASBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In: UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA. **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 4. Brasília: UNB/CEAD, 2000. p. 154-163

\_\_\_\_\_. A Assistência Social na prática profissional: história e perspectivas. In **Serviço Social e Sociedade** n° 85. São Paulo: Cortez, 2006. p. 123- 132

\_\_\_\_\_. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi estruturada**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

**1. Identificação**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_

**Formação Graduação:**

Instituição: \_\_\_\_\_

Ano: \_\_\_\_\_

**Formação Pós-Graduação (especialização, mestrado ou doutorado):**

Instituição: \_\_\_\_\_

Área/Ano: \_\_\_\_\_

**Cargo ou Função:** \_\_\_\_\_

Tempo no cargo ou função: \_\_\_\_\_

Instituição de trabalho: \_\_\_\_\_

Tipo de vínculo empregatício: \_\_\_\_\_

**2. Descrição das funções exercidas.**

**3. Das funções que você exerce quais considera como específicas da coordenação? Porque?**

**4. Das funções exercidas e citadas identifica alguma que, na sua opinião, não seja atribuição ou competência do profissional de Serviço Social?**

( ) Não. Porque: \_\_\_\_\_

( ) Sim. Porque: \_\_\_\_\_

**5. Quais as características e objetivos do serviço socioeducativo que você coordena?**

**6. O trabalho desenvolvido especificamente na coordenação do CEC exigiu que você buscasse complementar sua formação profissional?**

( ) Não. Porque: \_\_\_\_\_

( ) Sim. Porque e em que área: \_\_\_\_\_

**7. Quais instrumentais técnico-operativos são utilizados na prática profissional do Assistente Social no espaço de coordenação dos CEC?**

- 8. Quais são as principais exigências que este espaço sócio-ocupacional de coordenação do CEC demanda ao Serviço Social?**
- 9. Quais são as possibilidades e desafios desse espaço sócio-ocupacional para a atuação profissional do Serviço Social?**
- 10. Descreva sua rotina de trabalho na coordenação do CEC.**
- 11. Como ocorre a relação e a articulação do serviço sócio-educativo que você coordena com os demais níveis de proteção do SUAS e com a área da educação?**
- 12. Gostaria de finalizar essa entrevista com outras informações?**



## APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

**Título da Pesquisa:** A atuação profissional do Assistente Social na coordenação de projetos socioeducativos: a experiência dos Centros de Educação Complementar de Florianópolis

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_  
abaixo assinado, forneço meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário (a) da pesquisa de trabalho de conclusão de curso, sob a responsabilidade da acadêmica Priscila Cardoso, aluna do curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Profa. Dra. Keli Regina Dal Prá, orientadora da pesquisa e docente do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC.

Assinando este Termo de Consentimento, estou ciente de que:

- 1) O objetivo principal da pesquisa é analisar a atuação profissional do Assistente Social, no espaço de coordenação dos Serviços Socioeducativos de Assistência Social;
- 2) Tenho a liberdade de recusar a participar da pesquisa em qualquer fase, sem qualquer prejuízo a minha pessoa;
- 3) Os dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo e os resultados obtidos com a pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluindo a publicação na literatura científica especializada;
- 4) Não terei benefícios diretos participando deste trabalho, mas estarei contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios de uma maneira geral à sociedade.
- 5) Os registros escritos e gravados permanecerão em poder do pesquisador e não serão divulgados na íntegra;
- 6) Poderei entrar em contato com os pesquisadores sempre que julgar necessário. Com a pesquisadora Priscila Cardoso, pelo telefone (048) 84027424 e/ou pelo e-mail: prii.cardoso@gmail.com e com a Profa. orientadora Dra. Keli Regina Dal Prá, pelo e-mail: Keliregina@yahoo.com;
- 7) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;
- 8) Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com os pesquisadores responsáveis.

Cidade: \_\_\_\_\_


Data: \_\_\_\_\_ de 2010.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisado

**ANEXOS**

**ANEXO A- Certificado Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos**

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão  
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

**CERTIFICADO** Nº 1067

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 5584/GR-99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o conteúdo no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP


**APROVADO**

PROCESSO: 1067      FR: 377176

TÍTULO: A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA COORDENAÇÃO DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS: A EXPERIÊNCIA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DE FLORIANÓPOLIS

AUTOR: Kelli Regina Dal Prá, Priscila Cardoso

FLORIANÓPOLIS, 25 de Outubro de 2010.

  
Coordenador de CEPSH/UFSC

Prof. Washington Portela de Souza  
Coordenador do CEP/PRPe/UFSC

**ANEXO B – Execução Indireta - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.**

| Entidades  | Endereço e Presidente  | Modalidade de Atendimento  | Co-financiamento | Meta 2009 | Média de Atendimento - Relatórios                          | Abrangência   |
|--|--|--|------------------|-----------|--|---|
| Associação Catarinense para a Integração do Cego                         | Rodovia Virgílio Várzea, 1330, Saco Grande, Florianópolis, SC. Tel: 48 3238 0169.  | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência                         | Municipal        | 110       | 113,82   | Todo o estado de SC   |
|  |  |  | Federal          | 20        | 20   |   |
| Associação de Surdos da Grande Florianópolis                             | Rua José Bolteux, 53 - Centro. Tel: 48 3322 0530. Presidente: Sandra Lucia Amorim  | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias | Municipal        | 95        | 95   | Municípios da Grande Florianópolis (Florianópolis, Palhoça, São José, Biguaçu)                                  |
| Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais                             | Rodovia Ademir Gonzaga, 2937, Itacorubi, Tel: 48 3953 3000. Presidente: Arlete das   | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias | Municipal        | 346       | Recebe somente Alimentação Escolar e Cessão de Professores |   |
|  |  |  | Federal          | 25        | 25   | Grande Florianópolis  |
|  |  |  |                  | 60        | 60   |   |
| Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina                   | Rua Rui Barbosa, 808 - Agronômica. Tel: 48 3228 0918. Presidente: Gilson da Silva.   | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias | Municipal        | 50        | 30,2 pessoas.  | Todo o estado de SC   |
|  |  |  |                  |           | 159,5 atendimentos   |   |
| Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina                        | Av. Osmar Cunha, 183 - Ceisa Center - Bloco A - Sala 908 - Centro - Florianópolis. Tel: 48 3224 9286. Presidente: Humberto Floriano Mendes | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias | Municipal        | 450       | 272,80 pessoas.<br>339,2 atendimentos.                     | Florianópolis, bem como em todo o estado.   |
| Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos                       | Rua Crispim Mira, 115 - Centro. Tel: 48 3228 3232 ou 3225 2557. Presidente: José Roberto Leal  | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias | Municipal        | 450       | 597,37 pessoas.<br>1001,9 atendimentos                     | moradores do município de Florianópolis   |
| Centro de Interação e Integração Humana de S.C. - Movimento Porta Aberta | Rua Bocaíuva, 88 - CEP: 88015-530, CAIXA POSTAL 71. Tel: 48 3223 1187. Presidente: Padre Evaristo de Biasi                                 | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias | Municipal        | 250       | 60 pessoas.<br>240 atendimentos                            | Biguaçu, Palhoça, São José, Santo Amaro, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, bairros e comunidades em geral |
| Instituto de Audição e Terapia da Linguagem                              | Rua Padre Roma, 288 - Centro. CEP: 88010-090. Tel: 48 3225 6955. Presidente:   | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência                         | Municipal        | 100       | 100  | Grande Florianópolis  |
|  |  |  | Federal          | 65        | 65   |   |
|  |  |  |                  | 10        | 10   |   |

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, (2009). <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=home&menu=>

## ANEXO C – Execução Indireta – Entidades de Acolhimento Institucional

## Entidades de Acolhimento Institucional

| Entidades  | Endereço e Nome do Presidente   | Modalidade de Atendimento  | Co-financiamento              | Meta 2009    | Média de Atendimento - Relatórios | Abrangência   |
|--|---|--|-------------------------------|--------------|-----------------------------------|---|
| Ação Social Missão                                     | Rua Eurico Hostemo, nº 321 - Santa Mônica. Tel: 48 3233 4815. Presidente: Joana Sá Fortes Regis.  | Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Casa Lar             | Municipal, Estadual e Federal | 10           | 9,16                              | Município de Florianópolis                          |
| Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS                     | Rua Rui Barbosa, nº 810 - Agronômica. Tel: 48 3228 0024. Presidente: Helena Edilja Lima Pires   | Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Abrigo Institucional | Municipal, Estadual e Federal | 55           | 55                                | Estadual  |
| Irmandade do Divino Espírito Santo                     | Avenida Hercílio Luz, nº 1249 -Centro. Tel: 48 3224 5008 ou 3298 7100. Presidente: Washington do Valle Pereira                                | Serviço de Acolhimento Institucional para crianças - Abrigo Institucional                | Municipal, Estadual e Federal | 25           | 23,33                             | Grande Florianópolis                                |
| Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros     | Rua Vitor Silva, nº 50 - Coqueiros. Tel: 48 3028 0765 ou 3028 8414. Presidente: Cidimar José Dutra  | Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Casa Lar             | Municipal, Estadual e Federal | 26           | 27,2                              | Grande Florianópolis                                |
| Sociedade Espirita de Recuperação, Trabalho e Educação | Rodovia Leonel Pereira, nº 604 - Cachoeira do Bom Jesus - Florianópolis. Tel: 48 3369 3041 ou 3284 5490. Presidente: Rosângela Moraes da Rosa | Serviço de Acolhimento Institucional para crianças - Abrigo Institucional                | Municipal, Estadual e Federal | 25           | 20,16                             | Florianópolis, Paulo Lopes, São José                |
|  |   | Serviço de Acolhimento Institucional para idosos   | Municipal, Estadual e Federal | 61           | 54,16                             |   |
|  |   | Serviço de Acolhimento Institucional para idosos   | Municipal, Estadual e Federal | 9            | 9                                 |   |
| Sociedade Espirita Obreiros da Vida Eterna             | Avenida Pequeno Príncipe, nº 721 - Campecha. Tel: 48 3237 4123. Presidente: Luiz Carlos Brochado.   | Serviço de Acolhimento Institucional para idosos   | Municipal, Estadual e Federal | 26           | 24                                | Bairro Campeche, Sul da Ilha e Grande Florianópolis |
|  |   | Serviço de Acolhimento Institucional para idosos   | Municipal, Estadual e Federal | 26           | 24                                |   |
| Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas     | Rua Amantino Carneu, nº 812 - Rio Tavares. Tel: 48 3234 9778. Presidente: Jonas Ricardo Pires   | Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Abrigo Institucional | Municipal, Estadual e Federal | 30 (meninas) | 26,28                             | Grande Florianópolis                                |
|  |   |  | Municipal, Estadual e Federal | 30 (meninos) | 25,86                             |   |
|  | Rua Monsenhor Topp, nº 250 - Centro. Tel: 48 3224 4905. Presidente: Jonas Ricardo Pires.  | Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem (mães e filhos)                  | Municipal e Estadual          | 5 (adultos)  | 9,5                               | Grande Florianópolis                                |
|  |   |  | Municipal e Estadual          | 10           | 13,67                             |   |
|  | Serviço de Acolhimento Institucional - República Assistida  | Municipal e Estadual   | 40                            | 22,18        | Grande Florianópolis              |   |

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, (2009). <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=home&menu=0>